

## VESTÍGIOS QUÍMICOS

Mesmo após 23 anos, o terreno da antiga indústria química AkzoNobel, no bairro do Campo Limpo, zona sul de São Paulo, continua contaminado com substâncias como benzeno e tolueno. Atualmente, a empresa possui um acordo com o Ministério Público de São Paulo para recuperar o solo do local. (pág.3)



### Educação na pandemia amplia a distância entre o ensino público e privado

Segundo a TIC Educação, 39% dos alunos de escolas públicas do Brasil não têm computador. Na rede particular, o número cai para 9%. (pág.4)

### Embu das Artes sofre com desmatamento

Áreas da mata atlântica são destruídas em prol da verticalização dos espaços urbanos. (pág.16)

### Bailes funk na Zona Norte da capital

Evento divide moradores. Enquanto uns se divertem, outros reclamam dos impactos na sua rotina. (pág.7)

### Abandono de animais cresce 70% no Brasil

Os casos aumentaram após um período de alta nas adoções no começo da pandemia, segundo a Associação Amparo Animal. (pág.6)

### 20 MILHÕES DE BRASILEIROS PASSAM FOME



Ações comunitárias tentam minimizar efeitos da pandemia (pág.9)

# O BRASIL PANDÊMICO: A OLHO NU

Mudanças climáticas que pressionam por atitudes. Amazônia à deriva. Disputas acirradas. Instabilidade e tensões políticas e econômicas. Um vírus ameaçador que desafia a vida e a ciência – são mais de quinhentos mil óbitos, só no Brasil. Outro vírus ameaçador que age de forma colonialista e continua a trazer prejuízos históricos e a ceifar vidas negras, trans e de povos originários – esse genocídio é incalculável. Atitudes que insultam a democracia e a ameaçam cotidianamente, gota a gota: desfile com blindados em prol do retrocesso, ditadura, voto impresso. Movimentos negacionistas, antivacina, que agem de forma repreensível e dizem seus próprios seguidores, levam desinformação, criminalizam a imprensa e demonizam jornalistas. Uma pandemia que torna problemas sociais ainda mais gritantes. Ricos mais ricos, pobres mais pobres. E a educação, bem maior de uma nação, é duramente afetada, considerando que o acesso aos dispositivos de comunicação e à internet ainda é para poucos, apesar de o sistema caminhar rumo à tecnologia 5G. Desigualdade social que se amplia. Ocupações demolidas. Não há casa. Prato quase vazio. Fome...

Os fatos sugerem um Brasil à beira de um apocalipse, colapsado. E, nesse ínterim, a saúde mental coletiva é duramente afetada por uma quarentena que se estende e que traz diferentes formas de luto: perdas de entes queridos, de sonhos, de emprego, de acesso à escola e à aprendizagem plena, de projetos, mas não de esperança.

Nesta edição, o jornal Fapcomunica traz um pouco desse retrato, possível de ser visto a olho nu. Porém, também fala de esperança, de um mundo em que a solidariedade, através de entidades representativas da sociedade civil, se coloca como contraponto da dialética do existir, nestes tempos e neste solo. A solidariedade social, apontada conceitualmente por Durkheim, em *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), está entre nós e se torna sinônimo de resistência, de luta por valores sagrados, que são o respeito ao outro e às diferenças, a luta pela vida, pela liberdade de escolha e por direitos fundamentais, como trabalho, moradia, educação, cultura, saúde, preservação das memórias e meio ambiente. Direitos esses que garantem a dignidade humana, o exercício da cidadania e das “capacidades básicas” de um cidadão, essenciais para a construção de um mundo melhor, como defende o economista indiano Amartya Sen: “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros”. (SEN: *Desenvolvimento como Liberdade*, 2000, p.26). Enquanto isso, quando falham as políticas de um poder público ausente, lá estão mãos que resistem, intervêm e estão dispostas a lutar. São andorinhas que, juntas, fazem pequenos grandes verões.

**Profa Dra. Deisy Feitosa**  
Coordenadora de Jornalismo

## FAPCOMUNICA

ANO 7 - NÚMERO 15 - SETEMBRO DE 2021

### EXPEDIENTE

FACULDADE PAULUS DE COMUNICAÇÃO  
Rua Major Maragliano, 191 - Vila Mariana  
CEP 04017-030 São Paulo (Brasil)  
Tel. (11) 0800 709 8707 • (11) 2139-8500  
[www.fapcom.edu.br](http://www.fapcom.edu.br)

### Direção:

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito  
Pró-direção Acadêmica:  
Pe. José Erivaldo Dantas  
Pró-direção Administrativa:  
Pe. Benedito Antônio Bueno de Almeida  
Coord. curso de Jornalismo:  
Profª. Deisy Feitosa

### Conselho Editorial:

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito  
Pe. José Erivaldo Dantas  
Pe. Benedito Antônio Bueno de Almeida  
Profª. Deisy Feitosa  
Prof. Vanderlei Postigo  
Profª. Lilian Crepaldi  
Prof. Tiago Souza Machado Casado

### Coord. de redação:

Profª. Krishma Carreira - Mtb 43.796  
Projeto Gráfico e coord. de diagramação:  
Prof. Maurício Gasparotto - Mtb 22.546  
Revisão: Prof. Edgar Rosa  
Equipe de redação e diagramação: alunos do III Semestre do curso de Jornalismo matutino e noturno

Impressão: Gráfica Paulus  
Tiragem: 2.000 exemplares

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

# SEM ENGAJAMENTO NÃO HÁ LIBERDADE.

## #ESTOUREFUGIADO

1º PP noturno - Agência SAMBA PUBLICIDADE: Gabriel Juarez | Guilherme Lodi | Joyce Amorim | Mayara Nunes | Natália Soares | Renato Marinho



FAPCOM

FAPCOM EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

# Moradores sofrem com restos químicos

## Após 23 anos, substâncias da AkzoNobel afetam saúde no Campo Limpo

AUGUSTO SPANIOL

Nas décadas de 60 e 70, o bairro do Campo Limpo, na zona Sul de São Paulo, possuía grandes indústrias. Uma das mais importantes era a indústria química AkzoNobel, que passou a se chamar Nouryon, fabricante de tintas localizada na Estrada do Campo Limpo. Sua instalação no local trouxe empregos, novos moradores e mudanças em suas vidas.

A indústria teve sua unidade do Campo Limpo desativada em 1998, seguida da remoção de equipamentos e da demolição da maioria dos prédios. Depois de inúmeras reclamações e a constatação de irregularidades, a empresa foi alvo de investigações de órgãos governamentais.

Após sua saída, a indústria se alocou no Butantã, zona oeste de São Paulo. Nessa região, com o despejo acidental de solventes aromáticos, um lençol freático foi atingido, o que resultou num processo judicial de indenização pelos danos causados e num inquérito em andamento no Ministério Público de São Paulo (MPSP) por “insuficiência/ineficiência das medidas adotadas pela empresa”.

De acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a AkzoNobel recebeu três advertências pelo terreno do Campo Limpo nos anos de 2004, 2011 e 2016, respectivamente. Embasadas nos pareceres técnicos nº 106/ESCA/04, nº 005/CAAA/II e nº 026/CAAA/16. A primeira teve como descrição da infração “contaminar o solo em decorrência do exercício de antigas atividades industriais”.

As outras duas foram por “contaminar com metais, benzeno, tolueno, etilbenzeno, xilenos, TPH a área, tornando o solo e águas subterrâneas impróprios ao uso, nocivos ou ofensivos

**“Eu, meu filho e minha filha tínhamos asma e bronquite. Eu só vivia internada”**

**(Josefa Cruz, costureira)**

à saúde, prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade, e por não terem atendido integralmente as exigências técnicas constantes”.

Segundo residentes, havia muito barulho, principalmente à noite, e a fumaça exalava um cheiro forte e formava névoas e neblinas; enxergavam pouco nas ruas e viviam com as janelas fechadas durante o dia, devido ao odor que ardia os olhos e narizes. “Eu, meu filho e minha filha tínhamos asma e bronquite. Eu só vivia internada”, relata a costureira Josefa Cruz, 76.

“Meu marido trabalhava no setor que o produto fazia mal e só depois de um tempo que eles começaram a usar máscara. O médico disse que hoje ele tem uma tosse crônica impregnada no pulmão dele de 25 anos de trabalho lá”, afirma a dona de casa Maria Oliveira, 71.

Já para Renato Ferreira, 40, oficial de manutenção predial, a vinda da empresa ao bairro foi benéfica. “Seria hipocrisia da minha parte falar que não foi boa, deu oportunidade para muita gente. Eles até tinham o grêmio que, às vezes, era aberto à população mais carente aqui da nossa quebrada”.



**ATUALMENTE:** Segundo a Nouryon, o terreno está passando por manutenção e obras

Segundo a CETESB, em 2007 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a indústria, com a aceitação da CETESB, em prol da restauração da área. Desde então, a empresa é obrigada a averiguar o solo e a água subterrânea do terreno, devido a tambores de

ferro e plástico que foram enterrados com resíduos industriais.

Para isso, a empresa implantou ações para recuperar o solo e apresenta relatórios constantes que são avaliados pelo Departamento de Áreas Contaminadas da CETESB. A reportagem procurou a AkzoNobel e foi informada

de que a gestão atual não tem informações a respeito daquela época.

**REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:**  
BEATRIZ CATÃO  
LAÍSI BORGES

# Presos do Estado de São Paulo sofrem com a Covid

## Defensoria pública faz denúncia por infração aos direitos humanos

REPRODUÇÃO AGEPEN / TATYANE SANTIIONI



**COVID-19:** Presos do Estado de São Paulo fazem testes apenas quando entram no cárcere

Após um ano do decreto do Tribunal de Justiça de São Paulo restringir as visitas presenciais às cadeias paulistas, ampliaram as dificuldades no sistema prisional por conta da pandemia. No mês de maio, os índices de contaminação pela Covid-19 dentro dos presídios se agravaram. Desde o início da crise sanitária, o número de detentos infectados pela doença no estado beira a faixa de 12.743.

De acordo com o relato de um ex-presidiário, que preferiu não se identificar, muitos presos acabam morrendo devido à falta de socorro médico. Ele teme que a superlotação, a falta de higienização e de condições básicas de saúde, somadas à má qualidade das máscaras distribuídas nos presídios, possam contribuir com a alta proliferação do vírus. Uma funcionária do Fórum Criminal do Estado de SP, que preferiu não se identificar, pensa como o ex-detento. Ela aponta que, se o sistema sempre foi precário, agora, tudo contribuiu para agravar a situação, como a falta de alimentação adequada. Recentemente, no mês de abril, a

Defensoria Pública denunciou o Estado de São Paulo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) devido a violações a direitos básicos. Com inspeções surpresas feitas em 21 presídios, constatou-se que aproximadamente 86% das instituições fazem racionamento de água, liberando o consumo por no máximo 2 horas diárias, o que foi considerado um facilitador da propagação da Covid-19.

A manicure autônoma, Carla Campos, ao relatar a situação do seu filho (18), encarcerado há 2 anos no CDP de Belém SP, ressalta a dificuldade de contato no período da pandemia. Segundo Carla, a falta de notícias sobre o filho por mais de um ano, devido à suspensão de visitas, agrava sua aflição e amplia seus temores de que algo mais grave possa acontecer com ele. Assim como com o marido, que também está preso.

**REPORTAGEM:**  
CAROLINA LOPES  
JHONATHAN OLIVEIRA

**DIAGRAMAÇÃO:**  
CAROLINA LOPES

# Alunos da rede pública sofrem com EaD

## Pesquisa aponta que 70% dos jovens sentiram uma piora na saúde mental

Após um ano de pandemia no Brasil, milhares de alunos vêm sofrendo com os impactos da reestruturação na rotina escolar. A pesquisa TIC Educação 2019 aponta que 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa, enquanto na rede privada o número cai para apenas 9%.

Para o professor de Filosofia e Sociologia Leandro Sena, a situação atual tem impactado o emocional dos estudantes. “As escolas eram uma forma de sair de casa, esquecer dos problemas e socializar”, afirma. Segundo ele, embora alguns alunos tenham se adaptado ao ensino remoto, há casos em que os jovens sofrem com a falta de apoio dos pais e com a perda da liberdade e da privacidade.

O que o professor sente na prática foi identificado em uma pesquisa do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), que aponta que de cada dez jovens entre 15 e 29 anos, sete afirmam ter sentido uma piora no seu estado emocional.

“Muitas crianças vão se sentir

**As escolas eram uma forma de sair de casa, esquecer dos problemas e socializar**

(Leandro, professor)

atrasadas (...) Se essa criança é retirada desse ambiente [escolar] é muito provável que depois ela vá ter alguns retardos no desenvolvimento”, afirma o psicólogo clínico Wilson Marques. Wilson cita ainda o caso dos alunos com transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). “Um aluno que tem um TDAH, esse aluno dificilmente vai ficar em frente à tela por mais de 25 minutos, ele vai se distrair”, completa.

O abandono dos estudos também apareceu entre as preocupações durante o período de isolamento. De



**PESQUISA: 80% dos jovens, realizaram alguma de atividade de ensino remoto, segundo Conjuve**

acordo com a pesquisa da Conjuve, 30% dos jovens pensam em abandonar os estudos, enquanto metade cogita não prestar a prova do ENEM. “[Isso] pode deprimir [o aluno], no sentido de ‘eu não quero mais assistir aula, eu só vou voltar quando retornar ao normal’”, ressalta Wilson.

A estudante Gabriela Jacques, 17, narra a dificuldade de adaptação ao novo modelo. “No começo foi complicado e o EaD não foi uma boa experiência. Os conteúdos eram passados via Whatsapp, ou seja, não eram aulas

online. O aluno era obrigado a procurar por conta própria as matérias na internet”, relata.

Com relação à saúde mental, Gabriela afirma não ter enfrentado grandes problemas. Porém, tem amigos e conhecidos que relataram ter passado ou estar passando por dificuldades nesse momento. Para a estudante, o fato de se sentir mais relaxada em casa e, ao mesmo tempo, conviver com certa pressão dos pais tem provocado embates e lhe trazido reflexões sobre seu papel de aluna durante a pande-

mia.

Gabriela, atualmente, está cursando o terceiro ano do ensino médio e, apesar de reconhecer que sua escola não está tão bem estruturada ao modelo EaD, afirma ter se dedicado ao máximo aos estudos. “Espero que tudo volte ao normal o mais rápido possível”, conclui.

**REPORTAGEM**  
ENZO MIURA  
KENSUKE OTA

**DIAGRAMAÇÃO**  
ENZO MIURA

# Atendentes de telemarketing sofrem com desumanização

ADOBE STOCK



**SAÚDE MENTAL: Pandemia agrava quadro de ansiedade dos operadores de telemarketing**

Quem trabalha com telemarketing no Brasil sabe que as dificuldades dentro da profissão existiam muito antes da pandemia. A pressão, a busca pelo cumprimento de metas estipuladas pela empresa, além dos xingamentos, são algumas das situações que evidenciam a desumanização da função. Esses fatores, somados ao coronavírus, agravam os problemas relaciona-

dos à saúde mental dos trabalhadores.

Marina Cintra, 26, ex-operadora de uma empresa de telemarketing que atendia um banco, afirma ter tido muita ansiedade e sofrido muita pressão no antigo emprego. “O problema é que você não consegue respirar. É um ambiente extremamente controlado, tudo o que a gente faz é marcado no tempo certinho”, conta. Atualmente,

está em home office pela empresa atual, que é prestadora de serviços para um grande marketplace.

O levantamento “ConVid - Pesquisa de Comportamentos”, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com duas universidades, aponta que cerca de 40% dos entrevistados tiveram dificuldades, de grau moderado a intenso, para a

realização das atividades de rotina e trabalho.

As empresas de prestação de serviços empregam mais de 1,5 milhão de jovens e adultos com idade entre 18 e 29 anos, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel).

A profissão é encarada como porta de entrada para o mercado de trabalho, uma vez que muitas vagas não exigem experiência profissional, além de não ser necessário diploma de nível superior para exercer o cargo. Os profissionais recebem, em média, um salário-mínimo (R\$1.100 em 2021) e a rotina de trabalho pode ser considerada exaustiva porque, apesar de trabalharem 6h diárias, são monitorados a todo o momento. Seja durante as ligações e seu tempo de duração, as pausas para descanso ou o tempo em que ficam em seus computadores.

O operador José Assis, 23, conta que “fica todo mundo no seu pé. É muita pressão. Você fica numa apreensão porque é muito competitivo, é muito desgastante”. Victor Moreira, 30, explica que “em relação à saúde mental, é complicado. Acho que o pior de tudo nem sequer é a relação com o cliente, é a pressão mesmo do trabalho: meta, cobrança... Essa pressão constante, que acho que é típica de todo call center, é o pior, é o que me mais afeta a saúde mental”.

Do outro lado da linha, clientes irritados e insatisfeitos por problemas causados pelas empresas acabam descontando a raiva nos atendentes. “São vários clientes que xingam, falam que

a gente é incompetente, às vezes falam palavrões”, revela Marina. Já Victor conta que sofreu ofensas homofóbicas e xingamentos durante o exercício da profissão.

“Eu tenho depressão já faz alguns anos, então está sendo um pouco difícil. Como clientes assediadores que entram em contato e acionam vários gatilhos”, desabafa Carolina, 21, que prefere não revelar o sobrenome. Após vários casos de assédio sexual e moral em ligações, foi incluído um script de encerramento de chamada para esse tipo situação na operadora em que ela trabalha, que atende um grande cliente de tecnologia.

Em nota oficial, o Sintratel respondeu às críticas dos trabalhadores à organização. “O sindicato, mesmo com suas condições estruturais e financeiras debilitadas após a reforma trabalhista, tem construído o diálogo com os trabalhadores, inclusive, com o uso da comunicação e de mídias digitais.”

O documento finaliza citando que “neste período de pandemia, toda a diretoria está destacada para realizar o atendimento direto aos operadores através de diversos meios de comunicação, que passam por telefone, WhatsApp, e-mail e outros mecanismos digitais que o período nos impôs e que vieram para permanecer”.

**REPORTAGEM**  
MELANIE SCHEER  
EVELLYN TORRES

**DIAGRAMAÇÃO**  
ENZO MIURA

# Moradia é “privilégio” em Diadema

O município é o terceiro em densidade demográfica no Brasil

Atualmente, Diadema abriga cerca de 426.757 pessoas em seu território. O que significa que a cada quilômetro quadrado, vivem cerca de 12.536 habitantes, quase sete vezes mais do que na cidade vizinha, São Bernardo do Campo. A alta densidade demográfica do município é fruto do crescimento desordenado da cidade, que, em 2003, já possuía 207 favelas, segundo dados da Prefeitura.

Desde a fundação da cidade, datada de 1959, Diadema já tinha problemas com as ocupações irregulares e era considerada a periferia de São Bernardo do Campo. Com a vinda de novos moradores, mais comunidades se formaram nos bairros da cidade, que foi indicada como a mais desigual da região do ABC, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de 2018.

## Ocupação na Imigrantes

Em 18 de agosto de 2020, houve o despejo de cerca de 64 famílias instaladas irregularmente em um terreno da Ecovias, no quilômetro 19 da Rodovia dos Imigrantes, em Diadema. A ocupação do Jardim Ruyce, iniciada dois meses antes, abrigava uma maioria de pessoas desempregadas e que não conseguiam mais pagar seus aluguéis.

Jucelio Lima, 39, motoboy, mora em um barraco na ocupação com os três filhos e a esposa grávida. A família

se mudou para o local após Lima ter seu salário reduzido e não conseguir mais pagar o aluguel do apartamento onde viviam, em São Bernardo do Campo. Pela falta de dinheiro, o entregador teve de vender a moto para levantar os recursos necessários à construção da moradia irregular, que, em menos de 35 dias, foi desfeita.

Assim como Jucelio, Natanael Simões, 23, também sofreu com a reintegração de posse da ocupação no Jardim Ruyce. Casado e com uma filha de um ano e dois meses, o auxiliar

**Não vemos políticos atuando em frentes pela comunidade na pandemia”**  
(Gilson Hilário, ONG TABEA)

de limpeza se preparava para deixar a casa da mãe, onde vivia de favor, quando teve a notícia de que não poderia mais se mudar para o terreno. “Quando tudo aconteceu, perdemos todo o dinheiro que pegamos emprestado. Tivemos que vender os móveis porque estavam na casa de um amigo e ele



**MORADIAS IRREGULARES:** fazem parte do cenário de Diadema

precisava esvaziar a casa. Acabamos ficando na minha mãe”, conta.

## Vulnerabilidade social

Em outra região da cidade, próximo à favela do Pombal, outra instalação irregular, chamada Canta Galo, abriga famílias em situação semelhante àquela de antigos moradores do km 19 da Imigrantes. Igor Nunes, 20, morador do Serraria e ex-voluntário de uma ONG que atua no local, relata que a ocupação foi formada há pouco tempo e ainda é muito precária, com barracos de madeira que disputam o espaço em meio a passagens estreitas.

De acordo com Gilson Hilário, coordenador da ONG TABEA – Núcleo Social Diadema, instituição em

que Igor atuava, 90% das crianças e adolescentes beneficiadas pelo projeto estão em situação de risco e têm algum direito violado. A maioria deles vive em moradias precárias dentro de comunidades e tem como principal fonte de alimentação as refeições oferecidas pela organização. “A gente começou a pensar ‘o que essas crianças estão comendo?’”, relata Gilson sobre a iniciativa da ONG em levar marmittas às casas dos frequentadores do projeto durante a pandemia. O coordenador ainda afirma que o terceiro setor é quem chega às comunidades. “Não vemos políticos atuando em frentes pela comunidade na pandemia”, conclui.

Segundo a página do vereador

Jeferson Leite (PDT) no Facebook, as famílias desabrigadas na reintegração foram cadastradas pela Secretaria Estadual de Habitação para receberem imóveis do Governo Estadual. O comunicado ainda informa que o atual secretário de habitação e desenvolvimento urbano de Diadema, Ronaldo Lacerda (PDT), e o prefeito da cidade, Filippi (PT), continuarão dialogando com o Governo Estadual para que as moradias realmente sejam entregues.

REPORTAGEM:  
HEIDY ORUI

DIAGRAMAÇÃO:  
CAROLINA LOPES

# Média do auxílio emergencial beira linha da pobreza

Banco Mundial associa vulnerabilidade a renda inferior a 10 reais diários

ROBERTO PARIZZOTI PARA FOTOS PÚBLICAS



**ECONOMIA:** População crítica preços abusivos de produtos

Após dois meses da nova rodada do pagamento do auxílio emergencial, 12,8% da população brasileira encontra-se em situação de extrema pobreza, de acordo com pesquisa realizada pela Folha de São Paulo. As alterações dos valores das parcelas refletem em índices de alto desemprego (14,5%) e desigualdade, e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) avalia o Brasil como 8º pior país em diferença de renda.

Com valor reduzido, a média entre as parcelas fica entre 250 reais, ou seja, aproximadamente 8,30 reais por dia. Os números refletem na sociedade, saindo do âmbito dos dados. Esse é o caso de Jackson Luz, publicitário autônomo, morador do bairro do Jaruá, extremo norte da capital paulista. Durante a pandemia, ele e sua mãe, doméstica de 64 anos, ficaram desempregados. O benefício, com o valor de 600 reais anteriormente, e uma rede solidária entre amigos fez com que os dois não passassem dificuldades.

No condomínio onde vive, Jackson, mesmo com pouco, participou de vaquinhas para comprar alimentos para os moradores em situação mais precária. Ele revela que sua condição financeira não é das melhores, e é triste ir ao supermercado e não poder comprar certos alimentos. Afirma também que devido à pandemia, pro-

blemas psicológicos foram surgindo e, com a redução de cerca de 80% em demandas de seu trabalho, suas contas só aumentaram.

Os casos não são isolados, números levantados pelo IPEA mostram que 220 mil brasileiros se encontram em situação de rua. ONGs estão trabalhando ao máximo para suprir as necessidades da população. A Instituição Obra do Berço, parceria privada e pública, tem como foco principal acolher jovens em situações instáveis, promovendo educação e capacitação para o mercado de trabalho. Com a crise da Covid-19, houve a expansão de amparos, trazendo alimento para aqueles que têm fome.

O professor de cidadania e autonomia na Obra do Berço, Leandro Silva de Freitas, reforça que a situação é precária. “Aqueles que conseguem o auxílio emergencial do governo, agradecem. Os que não têm esse privilégio, tentam sobreviver recorrendo a outras soluções, como por exemplo, ir aos faróis”, explica. Leandro acredita que a redução do auxílio evidencia uma desigualdade de classes no Brasil e demonstra uma falta de medidas públicas durante a pandemia.

Katherine Tônus, mãe de 3 filhas, conta ter passado por dificuldades financeiras no início da pandemia. Desempregada, para sustentar a família,

**“É triste ir ao supermercado e não poder comprar certos alimentos.”**

(Jackson Luz, publicitário)

realizava “bicos” como garçoneiro em eventos privados, que foram vetados por conta da quarentena. Ela ressalta que a quantia não garante os direitos mínimos do cidadão perante a constituição: educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia. Enquanto isso, os gastos exorbitantes do governo Bolsonaro, como os 15 milhões de reais destinados à compra de leite condensado, são contrastados com a diminuição do poder de compra de alimentos devido à inflação. Com o quilo da carne beirando os 40 reais, o auxílio emergencial não banca 6 refeições completas a seu beneficiário.

REPORTAGEM:  
CAROLINA BARRROS LOPES  
JHONATHAN OLIVEIRA CRUZ CARDOSO

DIAGRAMAÇÃO:  
CAROLINA BARRROS LOPES

# Abandono de animais cresce em 2021

## Pesquisa aponta um aumento de 70% nas ocorrências durante a pandemia

Com a necessidade de isolamento social, muitas pessoas começaram a pensar na possibilidade de adotar um animal de estimação. O número cresceu 400%, segundo a ONG União Internacional Protetora dos Animais

(UIPA). No entanto, muitos desses animais têm sido novamente abandonados após alguns meses. No Brasil, sete em cada dez foram deixados na rua, só no ano passado, como mostra um levantamento da

Ampara Animal. Ao todo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o Brasil tem cerca de 30 milhões de animais em situação de abandono.

Aline Silva, representante da ONG Cão Sem dono, confirma esses

KENNETH/PIXABAY



**ABANDONO:** Lei 9.605/1998 alterou medidas e considera abandono de animais como maus-tratos

**“O que a gente vê é gente adotando no impulso, mas, no final, vê que o animal é um compromisso”**  
(Camila Pellegrini, voluntária na ONG Anjos de Focinho)

dados na prática. “O que a gente percebeu com a pandemia foi o crescimento de pessoas querendo repassar para nós os seus cachorros por motivo financeiro”, relata. A Cão sem dono, abriga hoje cerca de 530 animais, principalmente gatos e cachorros.

Para Camila Pellegrini, ativista pelos direitos dos animais e voluntária da ONG Anjos de Focinho, a questão financeira não é o único motivo para deixar um bichinho sem lar. “Existem os casos de pessoas que não têm saída. Mas o que a gente mais vê é gente que adota um animal no impulso, mas

quando começa a enfrentar a realidade, vê que o animal é um compromisso”, completa.

É considerado abandono o ato intencional de deixar o animal desamparado e entregue à própria sorte. A lei 13.131/2001, da Câmara Municipal de São Paulo, proíbe o abandono de animais em vias e logradouros, sejam eles públicos ou privados. A multa para esse tipo de infração é de 500 reais por animal abandonado.

“É algo que em tese funciona, porque mexe com o bolso das pessoas. A gente tem a lei vigente, mas não tem aplicação, não tem fiscalização”, esclarece Camila.

Além do aumento no número de animais resgatados, as ONGs vêm sofrendo com a queda nas doações arrecadadas. Aline afirma que as doações estão em queda desde março de 2020. Camila também faz essa mesma constatação. “A gente tinha eventos que ajudavam muito nas arrecadações e, hoje, não tem mais como fazer.” Assim, a divulgação dos animais fica prejudicada. A gente precisa se reinventar”, completa Camila.

**DIAGRAMAÇÃO:**  
ARTHUR ALMEIDA  
**REPORTAGEM:**  
KENSUKE OTA  
ENZO MIURA

## Concessão do Zoo de SP recebe críticas

### Opiniões vêm de acadêmicos que temem queda de pesquisa científica

O Zoológico de São Paulo foi concedido, junto ao Jardim Botânico, ao Consórcio Reserva Paulista, por III milhões de reais, em cumprimento ao plano de desestatização que tem sido implementado desde 2018 pelo governador João Dória. O projeto ganhou força este ano sob justificativa de reequilibrar as contas públicas, devido aos gastos bilionários com a pandemia. Mas pesquisadores defendem que a Fundação Parque do Zoológico de São Paulo é lucrativa e não veem os benefícios na concessão.

Para o professor Marcelo Schlindwein, doutor em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento, e um dos orientadores no programa de mestrado oferecido pela Fundação, a maior vantagem da concessão é o possível desmonte de programas de pesquisa em conservação. “Quando você tem a questão do lucro, animais considerados chave para atrair público tendem a ser colocados como prioridade de investimento em detrimento de animais mais importantes para a conservação. Uma administração pública está muito mais alinhada com os objetivos de um zoológico moderno que não tem como foco a atração turística, mas sim a conservação e manutenção da diversidade da fauna e flora”, esclarece Schlindwein.

O Zoológico de São Paulo foi

**“O programa de pesquisa do Zoo de São Paulo é um dos mais importantes de toda a América do Sul”**

(Marcelo Schlindwein, professor universitário)

criado em 1957 e, em pouco tempo de funcionamento, se tornou a primeira instituição brasileira a participar ativamente em diversos projetos de preservação de espécies ameaçadas de extinção. Em 1959, adquiriu autonomia administrativa e científica, tornando-se a Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Desde então, a Fundação criou vínculos com renomados centros de pesquisa brasileiros, como o Instituto Butantã, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Seguindo a iniciativa para a preservação, em 2015, foi criado o Centro de Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo (CEFAU), um



**PESQUISA:** CECFAU investe em programas e pesquisas para combater a extinção de espécies

centro de pesquisa e formação profissionalizante em parceria com universidades públicas, como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). O projeto é viabilizado pela bilheteria do Zoológico e Fazenda do Zoo. “Num primeiro momento, foi dito que a parte de pesquisa não seria afetada, apenas comercializações no zoológico, mas não é isso que estamos vendo acontecer”, ressalta o professor.

Como um dos principais fatores para justificar a concessão, alegou-se

prejuízo com a manutenção da Fazenda. “Mas não foi computado, por exemplo, que a Fazenda produz 80% do que o zoológico usa para alimentar os animais, nem os excedentes de comida vendidos. Na minha opinião, isso serve apenas como parte do plano de desmonte do Estado que vivemos no Brasil. A lógica social e ambiental do Zoológico não está alinhada à lógica comercial”, conclui Marcelo.

Procurada, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo não quis se pronunciar

sobre o resultado do leilão. Entretanto, afirmou que não se trata de um processo de privatização, mas de concessão. O Consórcio Reserva Paulista, por sua vez, declara que o conglomerado é a melhor opção de administração para o Zoológico de São Paulo, tendo em vista suas reestruturações passadas, como a do Allianz Parque.

**DIAGRAMAÇÃO:**  
ARTHUR ALMEIDA  
**REPORTAGEM:**  
ARTHUR ALMEIDA  
PAOLA ALVES  
MATHEUS SANTANA

DIVULGAÇÃO/ ARQUIVO PESSOAL/MARCELO SCHESCHLINDWEIN

# Bailes funk se tornam mais frequentes nas comunidades da capital paulista



**POLUIÇÃO SONORA:** Além do barulho, bailes também provocam aglomeração de jovens da região

## Eventos dividem a opinião de moradores que vivem nos arredores

Moradores da periferia da zona norte da capital paulista buscam lazer em bailes funk, que costumam durar horas nas madrugadas dos fins de semana. No entanto, os eventos são criticados por não frequentadores, que reclamam do barulho e da sujeira. Já os jovens da comunidade alegam ser este um dos únicos modos de diversão no fim de semana. De acordo com o IBGE, o Brasil é o nono País mais desigual no mundo. Por conta disso, as classes sociais sofrem distinções pelo acesso ao lazer.

A Rua Rosalvo, no bairro Jardim Carombé, é reconhecida por ser um ponto de baile funk, o que acaba prejudicando, segundo comerciantes, a abertura de estabelecimentos comerciais. Irece Silva, 45, dona de uma loja de cosméticos, conta que toda segunda-feira altera o horário da abertura do seu comércio, porque precisa limpar a rua em frente. “Eles fazem muita sujeira nas ruas pela madrugada”, reclama.

O motorista de ônibus da linha Jd Carumbé, Wellington Rodrigues, conta que na madrugada de domingo para segunda o trajeto é alterado. “Por não conseguirmos passar na rua, os passageiros daquele ponto ficam prejudicados”, relata. Segundo ele, as pessoas já estão cientes da mudança, mas ainda não se adaptaram.

Vídeos gravados por uma moradora, que não quis se identificar, mostram o barulho no local. A jovem conta que o baile começa por volta das oito horas da noite de sábado e acaba somente às dez da manhã seguinte. A professora Roseane Alves, 40, reclama que o som alto e a bagunça prejudicam a qualidade do sono e interferem na rotina dos trabalhadores. “Segunda, para chegar no trabalho às 7, preciso dormir com uma amiga. Em casa não dá”, explica.

Ainda que moradores das proximidades relatam ter suas vidas afetadas, uma vez que os eventos se torna-

**Não gosto quando rotulam quem vai no baile ‘está perdido’**

**Isabele, 19, estudante**

ram um obstáculo significativo para sua rotina, há contra-argumentos por parte dos organizadores e frequentadores desses eventos.

O primeiro deles estaria no fato de que os bailes movimentam a economia da região. João Miguel, 23, tem um carro que adaptou para vender bebidas para os frequentadores. “Minha mãe é aposentada e tenho que trabalhar. E vendo muito por um preço acessível”. Ele afirma que outras famílias também se sustentam com as vendas possibilitadas pelos eventos.

Além do econômico, existem outros fatores que contribuem para o surgimento de eventos dessa natureza. A suspensão de atividades regulares de lazer durante a pandemia resultou na promoção de eventos ilegais e aglomerações em diversos bairros da capital, independente da classe social ou da preferência musical dos envolvidos.

Isabelle Cunha, 19, moradora da comunidade é uma das frequentadoras do baile da região. “A gente se diverte, mas não gosto quando rotulam quem vai no baile ‘está perdido’. Eu estudo a semana toda”. Segundo ela, outras formas de lazer, como shoppings, baladas e shows, não são acessíveis a sua realidade econômica.

REPORTAGEM: BRENDA DE JESUS  
REBECCA MAYER  
DIAGRAMAÇÃO: MATHEUS PARENTE

## Violência atrapalha a vida de moradores em São Mateus

Com roubos e furtos, moradores não têm esperança de melhora no dia a dia

Reconhecido como bairro de forma oficial no ano de 1984, São Mateus é uma região localizada na zona leste de São Paulo, sendo um dos maiores distritos da capital paulista. Por mais que tenha se desenvolvido nos últimos anos, São Mateus ainda é um bairro periférico que sofre com problemas costumeiros em áreas afastadas do centro, como a violência e a criminalidade que estão distantes de ter um fim na região.

De acordo com dados de 2017, fornecidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, São Mateus seria considerado o 6º bairro mais perigoso de São Paulo. Ainda que os números mostrem uma quantidade “baixa” de latrocínios e homicídios, o número de crimes relacionados a furtos e roubos em São Mateus mostra uma realidade de pouca segurança para a população residente no bairro.

O comerciante Gil, que possui uma barraca de cachorro-quente na Mateo Bei, diz que, apesar de nunca ter sido assaltado ou ter o veículo com o qual trabalha furtado, já presenciou eventos semelhantes acontecendo na região.

Os problemas de São Mateus não param nas regiões centrais e concentradas. Em áreas adentro do bairro, como na Rua Antares, problemas relacionados à criminalidade são recorrentes, e moradores são afetados. Como a moradora Suzana, que foi assaltada voltando do trabalho para a sua casa recentemente.

Ainda que a solução mais esperada por parte da população sejam medidas relacionadas à segurança pú-



**SEM SOSSEGO:** Criminalidade afeta todas as áreas de São Mateus

**Eu não esperava, mas aconteceu”**

**Suzana, 53 anos, empregada**

blica, as forças policiais demonstram pouca capacidade e treinamento. A professora Carla, que dá aula em São Mateus há mais de 5 anos, comenta sobre a relação da polícia com a periferia. “Vez ou outra sempre chega na gente casos da polícia batendo ou até indo mais além contra algum aluno fora da escola”, relata.

Por sua vez, o policial aposentado Marcos, 53, comenta nunca ter visto casos como os mencionados por Carla. No entanto, relata sobre a falta de recursos e treinamento na força policial militar de São Paulo, além de lembrar que o estado não dá sequência a campanhas contra a violência e criminalidade. Em face dessa realidade, a população do bairro de São Mateus segue aguardando uma solução para os altos índices criminais do bairro.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: MATHEUS PARENTE

# Ensino remoto aumenta exclusão de alunos surdos

## Dificuldade de comunicação está entre os principais problemas

Desde o início do surto da Covid-19 no Brasil, ocorreram muitas mudanças no cotidiano de toda a população, e o isolamento social foi a principal delas. Na educação, estabeleceu-se como alternativa o ensino de forma remota. Entretanto, essa modalidade impactou o aprendizado de alunos surdos, que dependem de aulas visuais e interativas.

Elza Braga, ex-inspetora da rede pública municipal de Diadema, acredita que, ao optarem por essa modalidade, diversos fatores foram ignorados pelos órgãos competentes. Como o cenário de vulnerabilidade socioeconômica, linguística, física e cognitiva dos alunos. “Consequentemente, ocorre a exclusão dos alunos com deficiência auditiva, o que se torna mais um agravante perante a pandemia”, completa Elza.

Diante dessa situação, a professora de Libras e especialista em educação de surdos Roseli Gonçalves acredita que as principais dificuldades enfrentadas pelos surdos, em relação ao ensino a distância, são o acesso às

**Eles estão achando muito complicada a adaptação, além do psicológico de cada um que foi muito afetado”**

**Odirlei Faria**

aulas e a falta de apoio dos pais. “As famílias não têm acesso à internet, e noventa por cento dos pais não têm conhecimento em libras, então não sabem como auxiliar os filhos nas atividades e na comunicação no dia a dia, que é o que também fazemos na escola”, relata a professora.

Atualmente, trabalhando na Escola Municipal Bilingue para Surdos de São Paulo, Roseli explica como estão sendo as aulas na instituição. “Já usávamos muito a tecnologia nas aulas, antes mesmo da pandemia, mas



**INCLUSÃO.** Entrada da Escola Olga Benário Prestes, em Diadema

com os alunos em casa, a atenção deve ser redobrada, é difícil identificar as dúvidas de todos. Gravamos vídeos, fazemos histórias ilustrativas e videochamadas em Libras para o máximo da prática possível para cada aluno”, conclui.

Embora grande parte dos alunos tenham conseguido, ainda que com dificuldades, levar os estudos adiante, o número de alunos surdos desistentes tem aumentado desde o início do isolamento. “Eles estão achando muito complicada a adaptação, a falta de acesso à internet, além do psicológico de cada um que foi muito afetado”, afirma Odirlei Faria, Pedagogo Bilingue e dono do Espaço Pedagógico

Claudia Nagura e Odirlei Faria para surdos.

A busca por escolas especializadas no ensino para surdos havia diminuído antes mesmo da pandemia, comenta Renata Angélica, vice-diretora da Escola Bilingue Olga Benário Prestes, em Diadema. “Os pais estão optando por colocar seus filhos em escolas para alunos ouvintes. Muitos acreditam que, ao escolher essa opção, a fala será desenvolvida. Mas isso só vai atrasar o ensino, visto que a Libras é importante até mesmo para quem não tem toda a audição comprometida”, afirma Renata.

A escola foi fundada em 1988, após a mobilização de pais de crian-

ças surdas que buscavam um ensino mais adequado para seus filhos. Liliane da Silva, mãe de um ex-aluno da escola, afirma já ter pensado como muitos pais pensam atualmente. “No início, não achava que era aquilo que ele precisava, eu tinha esperança de que no contato com ouvintes ele pudesse começar a falar. Mas foi incrível a oportunidade de conhecer a escola de surdos. Ele desenvolveu mais do que a fala, desenvolveu comunicação. A Libras passou a ter significado para todos nós”, conclui Liliane.

**REPORTAGEM:**  
ANA ORFÃO

**DIAGRAMAÇÃO:**  
GISELY SOUSA

# Projeto promove a formação de jovens com ensino musical gratuito

## Linguagem do choro incentiva o conhecimento da música popular brasileira

A Escola de Choro de São Paulo (ECSP) surgiu em 2019 através de quatro músicos: Enrique Menezes, Gian Correa, Henrique Araújo e Rafael Toledo. O projeto atende jovens de 14 a 25 anos e moradores de zonas periféricas, dando prioridade para a inclusão das mulheres nesse cenário, que historicamente é machista.

A iniciativa visa levar o ensino de forma gratuita para as pessoas que não têm acesso a essa variedade musical. Atualmente, as aulas ocorrem de forma remota devido à pandemia da Covid-19. Há cerca de 400 alunos matriculados, de distintas regiões da maior metrópole da América Latina.

O choro é o primeiro gênero musical e instrumental urbano brasileiro. Ele surgiu com a vinda da família real para o Brasil e é resultado da miscigenação da cultura europeia e dos ritmos africanos. Esse estilo cria uma identidade própria de acordo com os costumes do povo.

“É muito significativo e importan-

te que as pessoas conheçam a nossa cultura e raízes, pois é uma música que o nosso povo criou”, afirma o fundador e professor de violão da ECSP, Gian Correa, 32. Ele atua como compositor, arranjador, produtor musical e violonista de 7 cordas.

O também fundador, coordenador e professor de cavaço da ECSP, Henrique Araújo, 35, diz que “o maior diferencial do projeto é o fato de ser a primeira escola em São Paulo que utiliza essa linguagem como um meio de inclusão social”. O artista é uma referência do cavaquinho e do bandolim no cenário musical.

Henrique afirma que além da inclusão social, a iniciativa abre portas para o mercado de trabalho, pois a escola possibilita que os próprios alunos se tornem professores-monitores, dando aulas para as turmas iniciantes.

“É muito importante salientar que 50% das vagas são destinadas às mulheres”, ressalta a historiadora e musicista, Thais Duque Ribeiro, 30.



**PARTICIPAÇÃO.** Inclusão de mulheres no cenário das rodas musicais

**É muito significativo e importante que as pessoas conheçam a nossa cultura e raízes, pois é uma música que o nosso povo criou”**

**Gian Correa**

Ela é uma artista negra brasileira que, em 2019, tornou-se aluna da ECSP e atualmente é professora-monitória de flauta.

Referente às discriminações que as artistas negras enfrentam, Thais

afirma que o preconceito e a falta de oportunidade para a mulher negra é recorrente no Brasil e no meio musical. “Já passei por alguns acontecimentos por não me sentir à vontade em rodas e por não ter a representatividade. Historicamente somos reprimidas e isso traz o medo e insegurança”, relata.

A musicista diz que a iniciativa acolhe pessoas de diversos níveis na música, havendo uma grande diversificação, e que, graças ao projeto, conseguiu criar um laço maior com a linguagem musical e começou a se sentir mais à vontade nesse espaço. Além de surgirem novas oportunidades, como dar aulas particulares de flauta, pois os alunos sentem confiança no que ela pode ensinar, já que ela está em um lugar com profissionais de reconhecimento.

O ensino é um diferencial da escola, pois a prática e a teoria possibilitam um fácil entendimento nas aulas. O flautista e estudante, Caetano Silva Farias, 22, é aluno da Escola de Choro

de São Paulo. Ele relata que aprendeu profundamente sobre a música, “histórias engraçadas, ritmos, linguagens e contextos relacionados ao choro”, cita.

Os critérios de avaliação para participação das aulas se baseiam em estar cursando ou ter concluído a educação básica na rede pública, local de residência do aluno, condição social e análise da qualidade técnica para enquadramento nos níveis.

As pessoas interessadas em participar do clube de choro devem preencher o formulário disponibilizado no site da ECSP e apresentar um vídeo tocando o instrumento de interesse. As inscrições para as novas turmas abrem no início de cada semestre.

**REPORTAGEM:**  
GISELY SOUSA

**DIAGRAMAÇÃO:**  
GISELY SOUSA

REPRODUÇÃO: ESCOLA DE CHORO DE SÃO PAULO

REPRODUÇÃO: ANA ORFÃO

# Fome atinge quase 20 milhões de brasileiros, e ONGs se mobilizam pela arrecadação de alimentos

## Pesquisa da Rede Penssan aponta que o Brasil pode voltar ao patamar de 2004 e retornar ao Mapa da Fome

Com o agravamento da crise econômica, política e sanitária no País, muitos perderam o emprego e, sem recolocação, estão a ponto de não terem o que comer. De acordo com pesquisa divulgada em março pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), a insegurança alimentar leve, que é a incerteza de acesso a alimentos no futuro, subiu de 20,7% para 34,7% em 2 anos.

Em São Paulo, os efeitos da pandemia atingem mais fortemente aqueles que já vivem em situação de vulnerabilidade. Maria Rosa, 62, mora com o filho mais novo, Maurício, e o neto João Victor, que é autista. A família sobrevive apenas da pensão do marido falecido de dona Maria. Ela trabalhava como doméstica, mas perdeu o emprego por problemas de saúde. O filho também ficou desempregado desde que o restaurante em que trabalhava fechou as portas no ano passado.

Maria conta que passou um mês só comendo biscoitos. Ela sofria ao ou-

vir o neto reclamar da falta de comida: “Faltou dinheiro, e a gente só não passou fome porque recebemos muita ajuda do povo aqui do bairro. Tem muita gente boa que me ajuda”, conta Maria. Nesse período crítico, a dona de casa foi buscar auxílio na igreja da comunidade e conseguiu uma cesta básica.

A presidente da ONG Anjos da Leste, Mayra Alegro, explica que passou a procurar recursos com a Prefeitura e amigos para contribuir mais no combate à fome enfrentada por pessoas como Maria. A equipe começou a entregar cestas básicas nas comunidades da zona leste de São Paulo com mais frequência desde o aumento da insegurança alimentar no país. O grupo notou um aumento no número de mensagens em redes sociais pedindo por ajuda para conhecidos que perderam o emprego, saíram de casa ou simplesmente não têm dinheiro para comer.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:  
GABRIELA NUNES  
HELENA SANTOS ROCHA  
MAYARA COELHO



VALMIR NEVES FERNANDES/ MST PR

**EXTREMA POBREZA:** pessoas somam quase 20 milhões, um recorde conforme Ministério da Cidadania

## CURSOS DE EXTENSÃO

# FAPCOM



COMUNICAÇÃO,  
FILOSOFIA e  
TECNOLOGIA

Seja comunicador de um novo tempo.  
**Faça FAPCOM.**

Inscreva-se em [fapcom.edu.br](http://fapcom.edu.br)

  
FAPCOM

# Ações comunitárias em Embu das Artes

FOTOS: CAROLINA ANTUNES

A fim de superar dificuldades, voluntários se reorganizam para manter atividades sociais

Junto de associações, os moradores de Embu das Artes se organizam em ações sociais para atender às necessidades das comunidades. Após um ano de pandemia, grupos, como o time de futebol Nossa Cara e o Projeto Sócio Educativo Moraes, reinventam-se para adaptar as atividades em meio às medidas de restrições no primeiro semestre deste ano.

“Quem mais faz caridade é quem menos tem”, afirma Erick Martins, um dos diretores do time Nossa Cara. O grupo, que antes da pandemia realizava grandes ações, como o evento “Festas das Crianças”, que incluía mais de 500 crianças da comunidade, agora promove a arrecadação de alimentos, preparação de marmitas e entrega de cestas básicas na região.

Durante as arrecadações, o time encontra diversas realidades, como aquelas de famílias que inicialmente pedem doações, mas que carecem de outras assistências, conforme relatam as diretoras Talita Beatriz e Stefany Correa. Com o lema “Nossa Cara é matar a fome”, o projeto mobiliza diversas iniciativas, como a troca de álcool gel e máscaras por alimentos e a distribuição de marmitas.

Antes do isolamento social, o Projeto Sócio Educativo Moraes promovia diversas ações comunitárias, como o contraturno escolar, espaço sociocultural e educativo oferecido a crianças e adolescentes no pós-aula. Em razão da pandemia, o grupo vem tentando, desde março do ano passado, realizar essas atividades de forma virtual, mas encontram dificuldades pela falta de recursos dos moradores.

Aos poucos, as atividades presenciais de recreação com as crianças têm retornado. Em maio deste ano, o grupo promoveu uma atividade do dia das mães. O presidente do projeto, Biro, comenta que os pais se preocupam com o tempo ocioso das crianças e adolescentes, e temem pelo seu en-

“Quem mais faz caridade é quem menos tem”

volvimento com o tráfico.

“A questão do alimento é o que tá pesando muito agora”, relata Biro ao comentar sobre as diferenças das atividades no período pandêmico. Junto da Associação Comitativa Esperança, eles se organizaram em uma ação “porta a porta” nos bairros a fim de arrecadar alimentos para famílias carentes. No ano passado, o grupo doou mais de 10 mil cestas básicas.

Os projetos contam com a colaboração da população que, por meio de doações e da divulgação, movimentam as atividades e unem esforços para suprir as necessidades dos moradores do bairro. Renato Pinto, diretor do Nossa Cara, afirma que “tem um time que luta por algo melhor no bairro”, pois as iniciativas não dispõem de apoio político, evidenciando o senso comunitário dos embuenses.

A segunda vereadora mais votada na última eleição municipal, Rosângela Santos (PT), comenta que “as associações junto com os moradores fazem a diferença nas cidades”. Ela esclarece que essas entidades conhecem a realidade de cada morador e lutam pela melhoria das condições das famílias do município.

REPORTAGEM  
ISABELLY DE LIMA  
ISABELLA ROCHA

DIAGRAMAÇÃO  
ANDRESSA BARBOSA

ARQUIVO PESSOAL NOSSA CARA



AÇÃO SOCIAL: alimentos arrecadados em abril



SOLIDARIEDADE: União do time contribui para conquistas e organização de ações sociais.

## O futebol de várzea tenta manter a bola rolando

THIAGO SANTOS

O futebol de várzea sempre foi mais do que apenas um esporte e diversão. Além do entretenimento, os campos também ajudam a gerar renda para várias comunidades. Os torneios já alcançaram um nível de organização que conta com campeonatos regionais e que distribuem prêmios generosos, disputados entre centenas de equipes. A Super Copa Pioneer, por exemplo, premiou a equipe AE Barro Branco, vencedora da edição de 2019, com 50 mil reais.

Microempreendedores de todos os tipos viram oportunidade de crescimento dentro do ramo. Desde o patrocínio das federações e dos campeonatos regionais, passando pela confecção de uniformes personalizados, e mesmo a venda de bebidas do lado de fora do campo, que abastece os torcedores e, às vezes, os próprios jogadores.

Durante a pandemia, com a proibição dos campeonatos, as pessoas envolvidas na realização dos jogos de várzea se viram sem uma importante fonte de renda. Esse é o caso do Vila Nova, time tradicional com sede na cidade de Mauá fundado em 1978. “Infelizmente não estamos disputando campeonatos, nossa maior fonte de renda”, relata o presidente do Clube, Rudnei Donisete.

Na liderança do time há mais de nove anos, Rudnei está adotando várias táticas para mantê-lo. “Para arrecadarmos verba, alguns torcedores nos ajudam com 20 reais por mês, e pessoas que possuem um cargo no clube, como os diretores, ajudam com 50”. Ele também tem organizado rifas e vendido artigos esportivos do clube, como bonés e camisetas.

O impacto também é sentido pelo empresário Vicente Luciano Júnior, 45, criador da VSS, uma marca de roupas e acessórios voltada especificamente para o futebol de várzea. Ele conta que perdeu 70% do faturamento durante a pandemia. “Decidi empreen-



NA ESPERA: campeonatos paralisados por causa da pandemia

der para complementar minha renda. Felizmente possuo outros meios para sustentar minha família, mas a paralisação dos campeonatos atrapalhou muito o meu negócio”, completa.

O jogador Franklin Camargo, 28, que atua em vários times, conta que sustentava duas filhas com o futebol de várzea. Agora, a situação mudou.

“Às vezes, aparecem alguns jogos que ganho entre 200 e 300 reais, mas não na mesma quantidade”. Franklin costumava participar de 10 a 15 jogos por mês. Atualmente, relata que é a sua esposa que está sustentando a casa.

REPORTAGEM  
THIAGO SANTOS  
JÚLIO CÉSAR MARIN

### FUTEBOL E SOLIDARIEDADE

## Ações sociais fortalecem comunidade

Com sede no bairro Ermelino Matarazzo, o time Conjunto Garagem acredita que a várzea tem um compromisso extracampo. Por se tratar de uma região periférica, grande parte dos moradores enfrentam dificuldades financeiras e de infraestrutura. Devido ao agravamento da crise com o coronavírus, o time tem promovido, quando possível,

ações sociais para auxiliar a região nesse momento difícil. A equipe arrecadou doações de roupas e alimentos não perecíveis para a população mais carente. Iniciativa que agasalhou e colocou comida no prato de diversas pessoas fortemente atingidas pela pandemia.

RAYNÁ FULADOR

# Bloco Caprichosos do Piqueri doa cestas básicas na pandemia

## Instituição carnavalesca promove doações na Zona Norte

A agremiação Caprichosos do Piqueri, localizada na zona norte de São Paulo, entrega cestas básicas para população carente que habita a região. Desde o início da quarentena, a maior parte dos moradores teve redução da renda familiar, alguns em virtude do desemprego e outros pela pequena demanda de serviço.

Ao perceber a situação de insegurança econômica e mesmo alimentar dos moradores, Danilo Souza, presidente do Caprichosos, decidiu usar a influência que o bloco possui na região para ajudar. “O Caprichosos tem uma grande importância, porque ele é conhecido e tem algumas empresas ao lado do Piqueri que

**O Caprichosos tem uma grande importância”**

**Danilo Souza**  
Líder do Caprichosos

nos apoiam também”, relata.

O intérprete da instituição, Vitor Divinal, conta que a arrecadação está sendo feita por meio de doações de vizinhos ou donos de comércios, como mercearias e frutarias, que podem ajudar com uma certa quantia em dinheiro.

A comunidade organizou um espaço na quadra para a distribuição de suprimentos, respeitando todos os



**CARIDADE:** Produtos de higiene pessoal também são doados aos moradores

protocolos de segurança e sem promover aglomeração. Tais ações são divulgadas através das redes sociais da agremiação, que reservam espaço

também para publicações sobre microempreendimentos de habitantes do bairro.

**REPORTAGEM:**  
BIANCA FORCAN  
MARIA SOUZA

**DIAGRAMAÇÃO:**  
LAÍSI BORGES

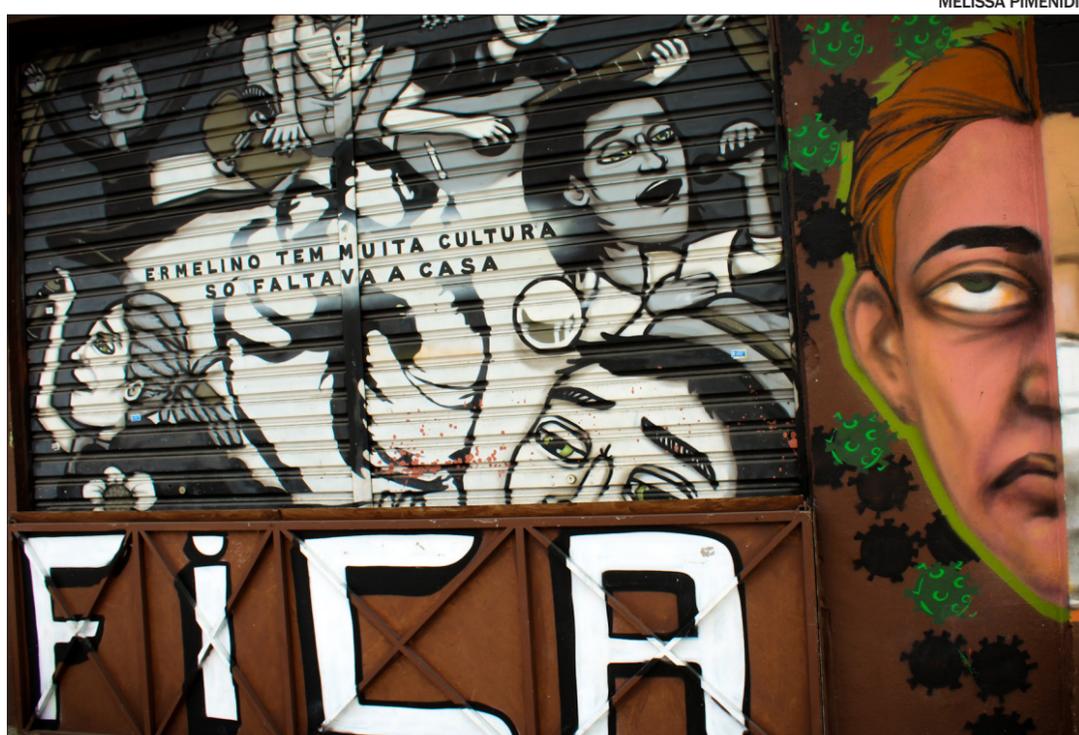
# Ocupação cultural estimula o contato com a arte

## Espaço democratiza o acesso à cultura no bairro de Ermelino Matarazzo

Em 2013, no bairro de Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo, instalou-se a Ocupação Cultural Mateus Santos, espaço idealizado por agentes culturais, com o objetivo de democratizar o acesso à cultura aos moradores da região. Atualmente, o coletivo promove saraus, oficinas, debates e outras ações que permeiam o campo da cultura a fim de ajudar as pessoas a entenderem e afinarem seus próprios gostos.

Para permanecer funcionando, o movimento recebe apoio de outras associações da região. De acordo com o membro ativo da Ocupação, Gustavo Soares, 26, essa parceria é primordial e auxilia no fortalecimento da narrativa do espaço. “A gente só estava ali, pois Ermelino não tinha um espaço cultural. Os bairros vizinhos todos têm espaço, porque Ermelino não? Não tem nem um Céu? Não tem uma Fábrica de Cultura?”, explica.

A Ocupação auxilia na criação de uma identidade regional baseada na junção das histórias de várias personalidades do bairro. O morador Douglas Fonseca, 38, conta que a “Ocupa” proporciona uma política cultural no território e, por conta disso, ganhou grande visibilidade. “Essa é minha relação de pertencimento na região e, ao mesmo tempo, de agradecimento a um



**HOJE:** Mesmo com restrições, devido à pandemia, a Ocupação permanece ativa

equipamento cultural”, conclui.

Diego Queiroz, 31, que promoveu uma oficina na Ocupação, conta que ele próprio mudou com a experiência. “Percebi o quanto era legal compartilhar conhecimento e ver o quanto você aprende nessa troca. Ensinar é aprender também”, afirma. Ainda segundo

ele, a arte promove no seu espectador um sentimento de segurança e aprendizado. Portanto, as atividades lá oferecidas serviriam de estímulo para que as pessoas possam lidar com as adversidades da vida.

Devido à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, o espaço pre-

cisou reinventar seus projetos. Para isso, salas foram equipadas com computadores e um ambiente direcionado à produção de lives foi criado no local. Com o auxílio do colaborador Valdir Carvalho, 50, conhecido na região como Jamaica, o coletivo promoveu outras ações direcionadas à consciên-

**A Ocupa proporciona uma política cultural no território”**

**Douglas Fonseca,**  
Professor de História

tização durante a pandemia. Uma delas foi o anúncio, em carro de som, sobre medidas preventivas e cuidados com a saúde.

Em razão do forte impacto da pandemia no bairro, a relação da Ocupação com os moradores foi se modificando. Desde então, o projeto tem promovido iniciativas para assistir famílias com dificuldade financeira, como a arrecadação de alimentos. Gustavo explica que além de ser um espaço cultural, esse é também um espaço comunitário. “O que o território pede, a gente vai fazer e vai se envolver. E o que o pessoal tava pedindo era comida”, conclui.

**REPORTAGEM:**  
BEATRIZ CATÃO  
LAÍSI BORGES

**DIAGRAMAÇÃO:**  
BEATRIZ CATÃO  
LAÍSI BORGES

# Museu expõe luta de presos na ditadura

## Memorial ocupa o antigo prédio do DEOPS, local de repressão no período

Ao lado da estação da Luz, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) funcionava como centro de repressão, tortura e perseguição a presos políticos contrários à ditadura (1964-1985). Desde 2009, o espaço foi transformado em museu para preservar a memória das vítimas. Foi assim que nasceu o Memorial da Resistência, que é pautado na pesquisa, documentação, preservação e comunicação com a sociedade para o exercício da cidadania e dos direitos humanos.

O prédio, que atualmente comporta a Pinacoteca de São Paulo e o Memorial, foi fundado e projetado em 1914 pelo arquiteto Ramos de Azevedo. Até 1938, abrigava os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, que transportava sacos de café. De 1940 até 1983, parte do prédio tornou-se sede do DEOPS, órgão criado em 1924 para manter a segurança e a ordem do Estado, muito utilizado durante a Ditadura Militar.

Para a historiadora, pesquisadora e professora Maria Cecília Martinez, mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), “esses centros de memória são a possibilidade de não se jogar toda a crueldade desse período para debaixo do tapete e entrar no lixo da história. É preciso mesmo manter esse processo vivo”.

Helena de Souza, hoje com 61 anos, sofreu com a perseguição política na época. Em 1984, com 25 anos, atuou como metalúrgica na fábrica da Ford em São Paulo. As condições de

**Esses centros de memória são a possibilidade de não se jogar toda a crueldade desse período para debaixo do tapete”**

(**Maria Cecília, historiadora**)

trabalho eram péssimas, com muita opressão às mulheres. Ela afirma que, dentre 5 mil funcionários, 90% eram operárias. Uma greve foi organizada e durou uma semana, reunindo todos os setores. Com a paralisação, 120 pessoas foram demitidas.

Helena mudou de vida, estado e encontrou dificuldade em arranjar emprego por ser grevista. Chegou a ser detida por entregar boletins em uma escola secundária. Apenas em 2013, 28 anos depois, foi anistiada por perseguição política da Ford. Quando iniciou o processo de anistia, lidou com a falta de registro. “Não tinha mais, porque estava tudo em papel, foi para arquivo morto, desapareceu. A única coisa que eu consegui foram arquivos da Folha de São Paulo, que eles digitalizaram”, relata. Por isso, ela acredita na importância da documentação sobre o período.



**CELAS:** Eram em torno de 40 pessoas por cela, muitos deixaram inscrições nas paredes com nomes

O Memorial possui uma linha do tempo, com fotos e painéis sobre os fatos desde a República (1889), e uma seleção de lugares que foram marcados pela ditadura. O foco se encontra nas celas. A primeira conta sobre a implementação do Memorial. A seguinte é para explicar o que acontecia nele. Já na terceira cela, existem inúmeras inscrições nas paredes com nomes e frases, e dois colchões no chão que recriam o ambiente com base em relatos de ex-presos. Na quarta cela, é possível ouvir as falas dos encarcerados e, no centro, encontra-se um vaso com uma flor em cima de um caixote, como símbolo de solidariedade às vítimas.

“[Hoje] a gente ouve, infelizmente, muitas vezes, um discurso que fala favoravelmente sobre o período da ditadura. E eu não tenho dúvida que

claro – uma parte dessas pessoas, por uma questão de concordância – mas outra parte por uma questão de desconhecimento, por de fato não ter tido a oportunidade de ver recuperada, de ver discutida e analisada toda essa trajetória do autoritarismo”, conclui Maria Cecília.

Com a pandemia do coronavírus,

as visitas ao museu devem ser agendadas pelo site. A entrada é gratuita, de quarta a segunda, das 10h às 18h.

**REPORTAGEM:**  
EVELLYN TORRES  
MELANIE SCHEER

**DIAGRAMAÇÃO:**  
EVELLYN TORRES

**Acesse**

### Novo site

Além de todo o acervo, vale a pena conferir a “Coleta Regular de Testemunhos” para ouvir relatos de ex-presos, perseguidos políticos, familiares de

mortos e desaparecidos, e funcionários.

Também é possível fazer o curso online de Educação em Direitos Humanos, e outras atividades nas redes sociais do Memorial. O endereço é: [memorialdaresistencia.org.br](http://memorialdaresistencia.org.br)

## Superlotação e violência: a história do Carandiru

O Parque da Juventude, na Zona Norte de São Paulo, é um destino conhecido para a prática de esportes na região. Onde hoje se vê skatistas, famílias passeando, pessoas fazendo piquenique, 20 anos atrás era o maior e mais violento presídio da América Latina.

Em 1956 o governador Jânio Quadros inaugurou a Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru, na Zona Norte da cidade. A intenção era desafogar outra casa de detenção na mesma região. “Apareceu como um lugar de emergência para resolver os problemas que já se avolumavam no sistema prisional”, disse Fernando Salla, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

O Carandiru era destinado a presos provisórios, que seriam encami-

nhados a penitenciárias após receberem condenação. Porém, a maioria dos detentos cumpria pena lá mesmo. Isso elevou a ocupação, chegando a abrigar 8.000 homens onde cabiam apenas 3.000.

Esse problema de gestão fez com que os detentos se organizassem de forma autônoma. Várias quadrilhas se formavam para disputar de tudo. Os pavilhões eram liderados por um grupo chamado faxina. Os membros da faxina eram responsáveis pela limpeza semanal do pavilhão, mas também resolviam conflitos entre presos e faziam eventuais acertos de contas.

“Quando se morava nas mesmas celas e eram da mesma quadrilha o convívio era de amizade, pois a vida de cada um dependia do outro. Aquela que não [fosse da mesma quadrilha] era sempre visto como um potencial

inimigo”, contou Maurício, 51, empresário, preso por 2 anos no Carandiru.

Uma das coisas mais disputadas e caras eram as celas, chamadas de barracos. Elas eram vendidas entre os presos, quanto mais contatos e dinheiro o preso tinha, melhor era a cela. “Fui pago num barraco que tinha 15 pessoas, aí meus companheiros me tiraram de lá e me levaram pra um xadrez que tinha 4 pessoas”, relatou Sidney, 53, pastor evangélico, preso por 5 anos no Carandiru.

O local ficou marcado na história pelo massacre, no Pavilhão 9, em 2 de outubro de 1992. Após uma rebelião, a PM entrou no presídio e assassinou 111 homens. O episódio é controverso, muitos contestam os números oficiais. Jose Lima, 60, assessor do Museu Penitenciário Paulista, afirma que “111 é [o número de presos] que a família

buscou”, explicando que muitos mortos não foram contabilizados por não terem sido procurados pelas famílias.

A conduta da polícia militar foi amplamente criticada pela sociedade. Não só pelo número de mortos, mas pelo fato de a invasão policial ter ocorrido após os detentos entregarem suas armas e de não haverem reféns, pois se tratava de um conflito interno. O fato, segundo laudos do IML, de 90,4% das vítimas terem sido atingidas na cabeça e no pescoço reforça o argumento de que houve disparos de execução.

Apesar das críticas, o desembargador Ivan Sartori afirmou que “não houve massacre, houve legítima defesa” em seu voto que absolveria os 74 PMs condenados. O governador de São Paulo à época, Luiz Antônio Fleury Filho, alegou em seu pronunciamento que “a polícia não podia se omitir”.

O presídio continuou funcionando até ser demolido em 2002. “Quando a detenção foi implodida, me encontrava foragido [...] senti a maior alegria do mundo, pois sabia que mesmo que fosse recapturado lá eu não passaria mais”, disse Maurício.

Hoje, no local onde era a prisão, fica o Parque da Juventude. Dois pavilhões foram mantidos e transformados em Etecs. “Foi um jogo de mestre, foi pra apagar a memória”, disse Sidney. “Quem passou lá sempre vai ter a memória torturante do que passou”, completou.

Para saber mais: O documentário disponível no YouTube “O prisioneiro da grade de ferro” mostra como era a rotina do presídio antes da sua desativação.

**REPORTAGEM:**  
PEDRO COSTANTINI

# Moradores da Vila Maria Zélia tentam preservar a história operária de 1917

Residentes relembram as convivências em vila histórica da cidade de São Paulo

Boa parte das Vilas na cidade de São Paulo foram construídas pelos donos das instalações para hospedar os trabalhadores de suas indústrias. A Vila Maria Zélia é uma delas. Localizada no centro do Belenzinho, zona leste, foi inaugurada pelo médico e empresário Jorge Street em 1917.

Com mais de 100 anos de história e marcada por sua arquitetura, a Vila tem esse nome em homenagem à filha do médico, Maria Zélia Street, que faleceu em 1915, dois anos antes da sua inauguração.

Hoje são poucas fachadas que ainda permanecem com a arquitetura original. Algumas casas antes só térreas, agora possuem dois e até três andares. O presidente da Vila, o auditor Jemison Farias, 44, conta sobre o impasse que o local sofre em razão do seu processo de tombamento e das reformas anteriormente realizadas. “As mudanças já tinham sido feitas quando o INSS interditou e tombou os prédios da Vila, eles queriam que nós desfizéssemos as reformas, um absurdo. E, desde então, recorremos judicialmente”, afirma.

Após a interdição em 1992, os moradores convivem em volta de construções com risco de desmoronamento. [Tal situação] é muito triste, e é um processo muito demorado”, conta Jemison. Além dos problemas que caracterizam a histórica Vila Operária, Jemison ressalta sua importância social. “Todo ano fazemos festa junina. Você vê aquelas 20, 30 senhoras com 70, 80 anos fazendo caldo verde”, relata. Segundo ele, nisso residiria a verdadeira essência da Vila: um ambiente

**A sensação de viver em um ambiente histórico é diferente, os prédios, as muretas e a estrutura ainda estão conservadas”**

familiar, seguro e acolhedor.

Maria Isabel Farias, 12, é uma das moradoras mais novas do local. Ela disse compreender que vive em um lugar inusitado. “A sensação de viver em um ambiente histórico é diferente. Os prédios, as muretas e a estrutura ainda estão conservadas, e ainda é um lugar seguro”, comenta.

A irmã mais velha de Isabel, Maria Luiza Farias, 16, diz que aprecia observar em seu cotidiano imóveis históricos. Ela conta que, ainda que tombadas, muitas construções perderam algumas de suas características principais. Porém, há prédios, como a Capela São José, que ainda conservam sua arquitetura original.

Por se tratar um ambiente antigo, a vila possui muitos idosos. “Meus amigos dizem que sou uma vereadora, conheço todo mundo. É bom dia dona Neusa, dona Cecília”, conta Luiza que, por residir no local desde criança, tem amizade com todos os mora-

FOTOS PÚBLICAS



dores. Atualmente, buscam manter um senso de comunidade como aquele de 1917. O local, que antes possuía açougue, escola, farmácia e até mesmo um espaço para baile, hoje conta apenas com sua tradicional festa junina.

Momento em que crianças, jovens e adultos aprendem a conviver e compartilhar com seus vizinhos.

A Vila compreende cerca de 420 moradores, nas suas 180 casas, e conta com 5 funcionários. Há livre acesso

para visitação aos prédios e, até mesmo, às residências dos moradores.

THIAGO N. SANTOS  
JÚLIO CÉSAR MARIN

LBROWNSTONE



**BORBA GATO:** homenagem a uma personalidade controversa

## ESTÁTUAS POLÊMICAS

Situado na cidade de Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo, o monumento ao bandeirante Borba Gato repercute a celebração de um ícone controverso. Elaborada pelo artista Júlio Guerra, a imponente estátua foi inaugurada em 1962 e tem um total de treze metros de altura.

Manuel de Borba Gato nasceu em São Paulo no ano de 1649. Filho de João de Borba Gato e Sebastiana Rodrigues, consolidou-se como um dos mais célebres bandeirantes, contribuindo na importante expedição chefiada por Fernão Dias que, em busca das sonhadas esmeraldas, descobriu o filão de ouro das minas de Sabará. Faleceu em 1718, aos 69 anos.

A estátua erigida a Borba Gato é uma das várias homenagens prestadas pela cidade de São Paulo a homens que destruíram quilombos e exterminaram povos indígenas pelo caminho que cruzavam.

Em frente ao monumento, o professor de matemática, Fábio Silva, 37, o criticou ao descobrir a origem do homenageado. “Sei que os bandeirantes cometeram muitas atrocidades com os índios”, comentou.

Alessandro Cerqueira, historiador formado pela Universidade Federal da Bahia, explica que o uso de construções para homenagear esse tipo de figura controversa é usual em sociedades que viveram processos de colonização. “Não é incomum que os traficantes de escravos sejam lembrados em vez das pessoas escravizadas e suas ancestralidades. Faz parte de um processo de criação de memórias sob o ponto de vista de quem venceu”, disse Cerqueira.

O pesquisador Jacques Ferreira Pinto, doutorando pela UFRJ, também pensa dessa forma. Ele afirma que isso faz parte de um processo de apagamento daqueles indivíduos que sofreram violências. “A exaltação de escravizadores contribui para o apagamento das pessoas que sofreram tais violências e principalmente daquilo que deixaram para trás, como legado, experiências de vida, vivências de liberdade, etc”, completou.

### Protestos

Em um movimento crescente de reação, várias intervenções foram feitas nos últimos anos. Uma das mais recentes aconteceu em outubro de 2020,

com a pichação com tinta colorida da estátua de Borba Gato. Também como forma de protesto, o Grupo de Ação, que se intitula anticapitalista, posicionou crânios em frente ao monumento bandeirante.

No dia 24 de julho, um grupo de manifestantes cercou a estátua com pneus e ateou fogo. Três homens foram presos, apontados como organizadores do ato.

No dia 10 de agosto, o Tribunal de Justiça de São Paulo revogou a prisão preventiva dos acusados que responderão pelos crimes de incêndio criminoso, associação criminosa e corrupção de menores.

Já na esfera de protestos virtuais, o projeto Salvador Escravista, idealizado por pesquisadores de universidades estaduais e federais do Brasil, busca mapear e explicar a história de monumentos controversos. E, ao mesmo tempo, exaltar os que tentam trazer à tona uma menor desigualdade histórica entre as vítimas e seus algozes.

REPORTAGEM  
THIAGO N. SANTOS  
JÚLIO CÉSAR MARIN

# Mirante Cultural tem número de inscrições reduzido na pandemia

Apesar da queda de inscrições, a comunidade próxima continua presente

Desde o início da pandemia, em março de 2020, inúmeros estabelecimentos, centros culturais e escolas reduziram a capacidade de pessoas no seu espaço ou fecharam suas portas para controlar a proliferação do vírus. Com o Mirante Cultural, não foi diferente.

Em 2020, houve 500 inscrições para projetos oferecidos pelo Mirante. Já neste ano, foram contabilizadas apenas 220 inscrições. Porém, a quantidade de inscrições não reflete diretamente no número de pessoas que visitam o local, pois familiares de alunos e musicistas colaboradores também frequentam a unidade. Portanto, é difícil ter um controle exato de quantas pessoas costumam frequentar o espaço, conforme relatam Rafael Ferreira e Eduardo Carvalho, diretor e coordenador do Mirante Cultural, respectivamente.

A história do Mirante Cultural teve início bem antes da pandemia, em 2012, como um projeto de hip-hop na comunidade da Vila Mirante. Um grupo de jovens cristãos decidiu auxi-

**“E quando você tem uma veia artística, você vê que não significa sua realidade.”**

**(Jean Carlos, ex-aluno)**

liar crianças e adolescentes a se conectarem mais à cultura e à arte. À época, as atividades voluntárias eram financiadas pelos próprios voluntários, que visavam suprir uma necessidade cultural da comunidade.

Eduardo e Rafael inscreveram o Mirante em um edital voltado ao incentivo à cultura na cidade e, a partir de então, passaram a receber auxílio financeiro. Com a rápida expansão do projeto, foi necessário a construção de um espaço físico que pudesse abrigar todos os jovens. Logo depois, o projeto firmou parcerias com empresas e foi contemplado por outros editais, o que

possibilitou a implementação de novas atividades, como aquelas voltadas à tecnologia.

De acordo com um dos ex-alunos do Mirante Cultural, Jean, 27, atualmente profissional autônomo que trabalha com a produção de podcasts, essas atividades voltadas ao digital são de suma importância para a comunidade e tiveram um grande impacto em sua vida profissional, pois possibilitaram sua inserção no mercado da produção de conteúdo digital.

“Na minha formação, eu aprendi muito essa questão de ser muito competitivo a ponto de pisar [em] alguém para crescer. [Mas aprendi que] cada um tem o seu espaço e jeito, isso não impede ninguém de ter a sua autonomia ou ser feliz.” Jean também fala sobre a importância de inserir crianças e adolescentes na arte e na cultura. “Qualquer pessoa, em qualquer idade, deveria ter um contato com a arte. Mas quando você inicia isso na infância ou, até mesmo, na adolescência, você está formando pessoas meio que fora da caixinha. Acho que eu pos-



**EDUCAÇÃO:** crianças e jovens aprendem com diversas atividades

so falar isso. Pessoas que enxergam a vida de outra forma. Porque acredito que todo mundo tem um certo grau de criatividade e, por mais diferente que seja essas criatividade, as pessoas têm dentro de si a arte. O Mirante é um lugar que você pode expressar sua arte, seja ela qual for”, explica.

Disse ainda acreditar que a arte e a cultura podem transformar determinadas perspectivas. “É mudar a perspectiva que a criança e o adolescente têm. Muitas crianças e adolescentes

vivem uma realidade que determina muito o que ele deve ser ou não. E quando você tem uma veia artística, você vê que não significa sua realidade”, conclui.

**REPORTAGEM:**  
BIANCA FORÇAN  
MARIA DE FÁTIMA SOUZA

**DIAGRAMAÇÃO:**  
BEATRIZ MONTEIRO  
HELENA GUIMARÃES

# Palhaços voluntários levam risadas aos hospitais

Grupo Alegria que Contagia traz diversão e bom humor em tempos de dor

Um quarto hospitalar pode parecer um lugar aterrorizante. Estar deitado numa cama que não é a sua, as agulhas, os remédios e o barulho das máquinas tornam a experiência de estar internado assustadora. Inesperadamente, em meio às paredes brancas e cinzas, bem atrás da porta, surge uma figura colorida, engraçada e com um grande nariz vermelho. Os barulhos estranhos das máquinas dão lugar ao som revigorante das risadas.

A criança que estava fraca se sente forte novamente, podendo até se levantar e ir à brinquedoteca do hospital brincar com os novos amigos palhaços, como se o riso a tivesse curado. Essa cena descreve um pouco do trabalho do Alegria que Contagia, um grupo voluntário de palhaços que visita os hospitais do ABC paulista levando sorrisos a crianças e adultos que estão lutando pela vida.

A ideia nasceu do sonho de Anderson Jardim e Josiane Fonseca. Ambos já tinham cerca de seis anos de experiência com o trabalho humanizado em outros grupos da região. Depois de um tempo, em fevereiro de 2018, juntaram-se e decidiram criar um novo grupo.

Os dois, então, assumiram as identidades do dr. Jardim (Anderson) e dra. Amora (Josiane) e começaram as visitas de forma informal. Convida-



**TRABALHO HUMANIZADO:** Alegria que Contagia leva sorrisos a pacientes da região do grande ABC

ram então quatro amigos para serem voluntários e começaram as visitas em abril de 2018 em seu primeiro hospital fixo, o Hospital Dr. Cristóvão da Gama em Santo André, hoje do Grupo Leforte.

A voluntária Jane Lima, que atua como a palhaça dra. Curica, relata que, antes de entrar para o grupo, já havia realizado outros trabalhos voluntários, mas sentia falta de uma função que lhe desse um sentido, com a qual pudesse ajudar os outros com

sua própria personalidade. Quando entrou para o Alegria que Contagia, encontrou o que procurava. “Pra mim é muito gratificante tirar um sorriso de quem não se sente tão feliz no momento”, afirma.

A pandemia da Covid-19 foi o pior momento para o grupo. O voluntário Thiago Santos conta que os fundadores lutaram para realizar visitas online desde o início da quarentena, mas sem sucesso. Somente no dia primeiro de maio de 2021, o grupo conseguiu rea-

lizar a primeira delas na Pediatria do Hospital HMCG.

Quando as visitas ainda eram presenciais, o Alegria que Contagia recebeu diversas mensagens de carinho e agradecimento de pacientes e pais pelas redes sociais. Os palhaços levam sorrisos por todo o hospital: para uma moça que doava sangue, para idosos em um passeio de cadeira de rodas, crianças internadas nos quartos, para os pais e acompanhantes, e até para recém nascidos.

**“Poder levar um momento de conforto e de paz pra uma pessoa que está numa situação muito ruim”**

**(Thiago Santos, voluntário)**

Para Thiago, o trabalho faz uma grande diferença na vida dos pacientes. “No hospital, você tem todo o tipo de pessoa na mais frágil das condições. E essa inocência do palhaço faz com que a gente esteja no mesmo lugar de fragilidade, de expor sentimentos e de sofrer. É isso que faz esse trabalho valer a pena, poder levar um momento de conforto e de paz pra uma pessoa que está numa situação muito ruim”, explica.

**REPORTAGEM:**  
BEATRIZ MONTEIRO  
HELENA GUIMARÃES

**DIAGRAMAÇÃO:**  
BEATRIZ MONTEIRO  
HELENA GUIMARÃES

# Lendas misteriosas de Paranapiacaba

## Vila histórica é destino turístico na região do ABC

REPRODUÇÃO ACERVO PESSOAL CAIO GRACO

Paranapiacaba abrigou operários europeus que vieram ao país para construir a São Paulo Railway, fundada por ingleses no século 19. O local, que é distrito de Santo André, recebe um grande volume de turistas. Muitos deles interessados pelos mitos que, embora já investigados, ainda despertam curiosidade. E outros por sua arquitetura diferenciada.

Morador da vila há quase 10 anos, o bombeiro civil Caio Graco, 20, diz que apesar de não acreditar nas lendas, gosta de algumas que surgiram de histórias reais, como a do menino que usava uma boina branca. Ele conta que um dia o pai da criança viu a boina do filho ensanguentada na linha do trem e ficou desesperado, mas pouco depois, encontrou o garoto brincando. No entanto, o menino havia sido atropelado e já estava morto naquele momento.

“Em 2003, quando fui trabalhar na vila, fiquei pasma com a imaginação dos novos moradores e como esse olhar de terror influenciou na trajetória turística da vila. Como se a lenda deixasse de ser estória e passasse a ser história”, conta Cibele Paterli, filha e neta de ex-ferroviários.

A artesã da vila, Elineide Damico, 59, acredita em algumas das lendas e diz sentir a energia do lugar. O advogado e visitante assíduo, Cleiton Menezes, 27, insiste ter visto, em um de seus passeios pela vila à noite, um vulto preto no Museu Castelinho, antiga



**LENDAS:** Suposto túmulo do caçador Firmino

casa do engenheiro-chefe. “Achei que não tivesse sido real, mas meus amigos estavam lá e confirmaram”, relata.

Muitas lendas envolvem a natureza do lugar, como a do Vêu da Noiva, que é relacionada à névoa que cobre a vila. Segundo Elineide, a filha de um ferroviário foi abandonada no altar pelo noivo, que era o filho de um engenheiro. O pai do jovem o impediu de se casar com a moça, que ficou deso-

lada e se jogou de uma colina. Dizem que quando a neblina chega, é porque a noiva está em busca do seu amado e pode capturar algum turista.

Uma das histórias envolve a preservação da mata e é conhecida como lenda do Caçador Firmino. Graco conta que um homem saiu para caçar e, ao se apoiar na arma engatilhada, disparou um tiro contra a própria cabeça. Segundo a lenda, o espírito do homem

morto continua na floresta, assombrando caçadores e outras pessoas que pretendem fazer mal à natureza.

O bombeiro Caio Graco acredita que as lendas da cidade foram, por muito tempo, uma forma dos ingleses controlarem a população, já que as pessoas tinham medo de frequentar os locais das histórias narradas.

REPORTAGEM: TALMIR JUNIOR  
DIAGRAMAÇÃO: TALMIR JUNIOR

**“Quando fui trabalhar na vila, fiquei pasma com a imaginação dos ‘novos moradores’”**

Cibele Paterli

# VESTIBULAR

# FAPCOM



ATÉ  
**50%**  
DE BOLSA

Seja comunicador de um novo tempo.  
**Faça FAPCOM.**

1º semestre/2022 | Inscreva-se em [fapcom.edu.br](http://fapcom.edu.br)

  
FAPCOM

# Violação de Plano Diretor de Embu facilita desmatamento

## Foco em desenvolvimento urbano inviabiliza proteção ambiental na cidade

Está em andamento a construção de dois condomínios habitacionais nos bairros de Jardim Silva e São Judas Tadeu, localizados em Embu das Artes e Taboão da Serra, respectivamente, na região metropolitana de São Paulo. Ambos em áreas que, até então, eram preservadas e não contemplavam instalações desse porte, de acordo com as medidas de loteamento do Plano Diretor, vigente desde 2011.

Uma análise indevida desse Plano possibilitou a aprovação dessas construções. Feita em 2016, durante o mandato do então prefeito Chico Brito (PT), proprietário da imobiliária Porta Nova, a revisão incluía alterações ilegais como a remoção de Zonas Especiais de Interesse Social, voltadas à moradia de baixa renda, e a troca de áreas de Zonas de Interesse Ambiental para Zonas de Expansão Urbana, destinadas ao adensamento urbano e à verticalização, caso dos condomínios em questão.

A engenheira ambiental Vivian Maroski Vieira, residente de Embu das Artes, afirma que “em áreas de preservação, o ideal é que as atividades sejam de baixo impacto ou de interesse ambiental. Os loteamentos também devem ser de acordo com o tamanho do bairro e sua estrutura”. O projeto, apesar de aprovado pela Câmara Municipal, foi vetado pelo Tribunal de Justiça do Estado por falta de estudos técnicos. O procurador geral de justiça Gianpaolo Smanio afirma que as alterações “não poderiam decorrer da simples vontade do administrador, mas de estudos técnicos que visem assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade”. O veto, porém, foi tardio: apartamentos haviam sido vendidos e as obras já estavam em andamento.

Apesar de causa ganha da cooperativa Vida Nova, do deputado estadual José Aprígio da Silva (PODE), a empresa ainda é responsável por recuperar parte do impacto ambiental e social causado pela obra. De acordo com Rosemary Conceição, advoga-

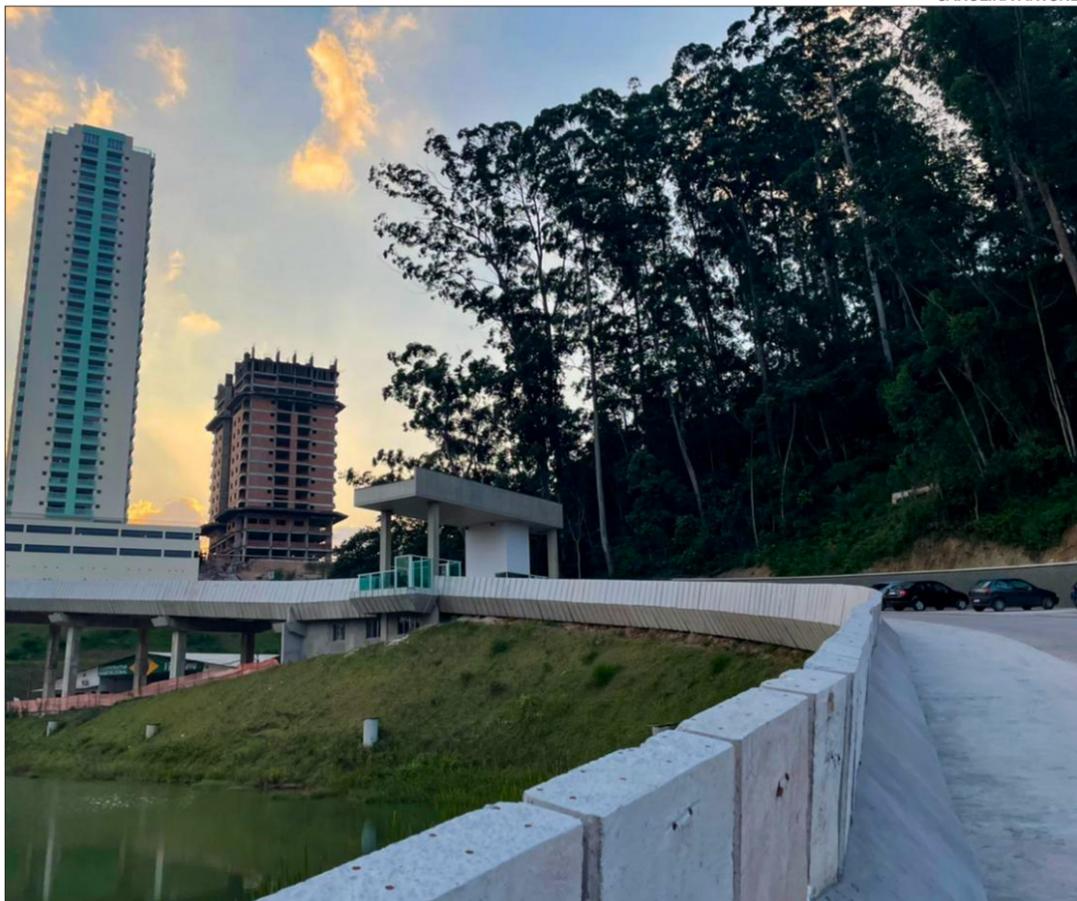
**“A aprovação foi muito por barganha da realização de obras públicas”**

(Rosemary Conceição, advogada imobiliária)

da atuante no mercado imobiliário de Embu, “a recuperação deverá ser feita pela cooperativa, que provavelmente informou os meios no projeto arquitetônico. Mas a aprovação foi muito por barganha da realização de obras públicas”, explica. “O Aprígio custeou toda a ampliação da rede de esgoto do Jardim Silva à Vila Bonfim, por exemplo”, conclui. Tais obras públicas também contam com a construção de creches e uma Unidade Básica de Saúde no São Judas.

O reparo ambiental, por sua vez, ainda não foi realizado. De acordo com Abidan Henrique (PDT), vereador da cidade, “a ideia é que sejam aplicadas multas para reverter o dinheiro em prol de instituições ambientais [em situações como essa]”. Embu, porém, possui somente um fiscal para cobrir seu território de 70,398 quilômetros quadrados, o que inviabiliza esse trabalho. O deputado Aprígio não respondeu às tentativas de contato.

Impactos desse avanço urbano já atingem os moradores, em especial no Jardim Silva. Muitos deixaram suas casas para morar em municípios mais afastados do centro devido ao aumento do aluguel. Uma casa com quatro cômodos na cidade tem o valor médio entre R\$800 e R\$1.200, sendo que a média da renda per capita é inferior a um salário-mínimo (R\$880), conforme censo do IBGE de 2012. Os apartamentos do conjunto habitacional são, hoje, vendidos por cerca de R\$150.000.



**EMBU:** Condomínio na região do centro conta com 8 torres, de mais de 20 andares cada

## Projeto de reciclagem quer ser exemplo de preservação

Em fevereiro de 2021, a Prefeitura de Itapeverica da Serra lançou um projeto que busca incentivar a reciclagem e também a preservação ambiental. Consiste na troca de um saco de 100 litros de materiais recicláveis por uma muda de planta originária da Mata Atlântica. O projeto é feito em parceria com o Parque Ecológico da Represinha, localizado também em Itapeverica da Serra.

Liandra Cunha, estudante de relações internacionais, acredita que o projeto é bom em vários sentidos, mas que atrai mais a população de classe média. “No momento que estamos e pela quantidade de pessoas passando necessidade na nossa cidade, com certeza se a ‘recompensa’ fosse uma ajuda alimentícia, por exemplo, atrairia muito mais pessoas”, afirma Liandra.

Para João Martins, catador de material reciclável na cidade há 17 anos, “todo projeto que incentiva as pessoas

**“Reciclar nas áreas fluviais também é importante, pois como vamos abastecer as casas com lixo?”**

(Leda Aschermann, ambientalista)

a fazerem o bem para o meio ambiente é bom, mas acho que as pessoas não vão se dar tanto trabalho de fazerem isso por algo pequeno”, afirma.

O projeto pretende dar o passo inicial para que cidades vizinhas to-

mem atitudes similares, aumentando o cuidado florestal na Região Metropolitana do estado. Na área há represas responsáveis pelo abastecimento de cidades da grande São Paulo, como a Embu-Mirim, que abastece a Represa do Guarapiranga.

Leda Aschermann, ambientalista e ex-secretária do meio ambiente de Itapeverica da Serra, defende o incentivo à reciclagem já na infância e reflete sobre a importância da preservação nas áreas de represas. “Reciclar nas áreas fluviais também é importante, pois como vamos abastecer as casas com lixo?”, explica.

REPORTAGENS  
CAROLINA ANTUNES  
BARBARA CASTANHA  
ISABELLY DE LIMA  
ISABELLA ROCHA

DIAGRAMAÇÃO  
ANDRESSA BARBOSA

### MEIO AMBIENTE

## Coleta de lixo em Embu das Artes deixa a desejar

Em Embu, todo o lixo da cidade é destinado a um único aterro, que já está superlotado, fazendo com que o terreno ao lado seja utilizado de forma irregular. A cidade gera cerca de 300 toneladas de resíduos sólidos urbanos diariamente, incluindo resíduos domésticos, hospitalares, varrição e limpeza de vias, entre outros.

A coleta seletiva é uma alternativa mais sustentável para o descarte responsável. Porém, ela ainda é uma iniciativa pouco divulgada e inviável para alguns cidadãos, já que cobre poucos pontos da cidade. “Não faz parte da cultura periférica a importância

da reciclagem. Não existe incentivo, tanto por parte das escolas, quanto por parte do governo”, lamenta Othon Damasceno, fundador de projeto pró-sustentabilidade, que incentiva a reciclagem aos jovens do Jardim Vista Alegre.

Rafael Mattos, membro da pasta de meio ambiente da Prefeitura de Embu, insiste que “todos somos responsáveis pela fiscalização quando se trata de meio ambiente, seja agente público, privado ou civil. Podem cobrar a prefeitura para um funcionamento ideal da coleta e limpeza”, conclui.

# Córregos poluídos em Itaquera podem afetar saúde de comunidades pobres

Problema enfrentado durante anos pode trazer mais riscos na pandemia

Moradores da região de Itaquera, zona leste de São Paulo, temem doenças com o córrego do Rio Verde poluído a céu aberto. A situação, que já ocorria antes da pandemia, está trazendo mais riscos ambientais e sanitários para a população, principalmente nas favelas e comunidades de baixa infraestrutura. Sem assistência de ONGs ou associação de moradores, a manutenção do rio, feita pela Subprefeitura, muitas vezes acaba sendo insuficiente.

“A gente tem que lavar as roupas, e não tem garantia de segurança”, afirma Regina, 44. A moradora da favela do Rio Verde conta que as roupas lavadas acabam sendo penduradas em varais ao lado do córrego, que está poluído com embalagens, produtos químicos e até fezes dos animais que passam pelo local. “Fica mais complicado se proteger do coronavírus quando existem tantas outras coisas pra se proteger, e não tem um espaço limpo”,

completa. Segundo ela, esses problemas existem há anos.

A extensão córrego do Rio Verde abriga aproximadamente 2.394 famílias em uma área de 4.500 metros. De acordo com o projeto urbanístico da região (2012), o rio deveria ser tratado antes da Copa do Mundo de 2014. A falta do tratamento de esgotos acaba tornando o local um ponto de proliferação de doenças, agravando a contração da Covid-19. A OMS (Organização Mundial de Saúde) esclarece que, para evitar a propagação do novo coronavírus, a concentração de cloro na água deve ser superior a 0,5 mg por litro com pH 8.

A Subprefeitura de Itaquera publicou, nas suas redes sociais, vídeos do acompanhamento da limpeza do córrego. O objetivo é aprofundar a calha do rio, para evitar alagamentos e retirar resíduos maiores. O projeto se intensificou depois de denúncias de moradores na página oficial do mu-

nicipio no Facebook. Dalila, 65, conta que ela e suas amigas foram à Subprefeitura no mínimo cinco vezes no último ano, exigindo mudanças como a construção de lombadas e a limpeza do Rio Verde, mas que a resposta é demorada.

“Não adianta fazer e pedir as mudanças se a população continuar sujando também”, explica Márcia, 32, residente em uma rua ao lado da comunidade. Ela apontou que outro problema foi a falta de compromisso dos moradores. O corte da grama e a limpeza do córrego já ocorreram outras duas vezes no último ano, porém algumas pessoas continuaram com os despejos na rua. “Mesmo tendo mais privilégios do que quem mora na favela, a gente também sente o impacto de quem suja”, afirma Márcia.

Uma funcionária da Subprefeitura, que preferiu não ter sua identidade revelada, explica que obras de limpeza como esta foram realizadas várias



LAÍS HERRERA

**TRABALHO SEM FIM:** córrego do Rio Verde acumula lixo urbano

vezes nos últimos dez anos, mas as pessoas seguem jogando material impróprio nas margens do rio, como lixo e entulhos. Conta que o atendimento telefônico possui ramal específico para córregos, mas que nem sempre a chamada é completada. No momento, os pedidos de acesso à informação do

SPObras foram suspensas nos prédios físicos e devem ser feitos online pelo Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão.

**REPORTAGEM:**  
LAÍS HERRERA  
**DIAGRAMAÇÃO:**  
LAÍS HERRERA

# Moradores da Zona Leste questionam Projeto RevitalizaSP

Com volta do lixo, programa da AMLURB se revela ineficiente na Cohab 1

Na zona leste de São Paulo, a antiga “rua de lazer” da Cohab 1 é um dos mais de 2,5 mil pontos de descarte irregular de lixo, segundo a Prefeitura. O local foi restaurado pelo Projeto RevitalizaSP, desenvolvido pelas Subprefeituras por meio da AMLURB, que além da limpeza das áreas, visa a sua preservação e conscientização da população. No entanto, com o retorno do lixo, os moradores questionam a eficácia da ação.

A Subprefeitura do local (Penha) contratou a LimpaSP da Zeladoria Urbana para fazer as pinturas de guias, muros, paisagismo e a retirada semanal de detritos. Iniciado em janeiro de 2020, o projeto estimulava a participação de toda a comunidade, que teve de ser suspensa devido à pandemia. A moradora Thaina Santos, 22, afirma que nunca houve conscientização dos moradores, nem fiscalização. “[Eles] chegam, tiram o lixo e vão embora”, explica.

Daniele Machado, coordenadora na Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) e responsável pelos dados e pedidos do RevitalizaSP, conta que o projeto busca fazer com que não haja mais descarte, mas que nem sempre a vizinhança colabora. Por outro lado, Thaina relata que muitos entulhos são jogados também pelas pessoas dos condomínios que vivem fora da comunidade.

O descarte irregular de lixo é previsto em Lei (13.478/02) como crime ambiental (multa de até R\$15 mil). Felix Fernandes, 37, morador, diz que

**“Para morador, além da limpeza e conscientização, é necessário fazer com que a vizinhança tema a multa**

(Felix Fernandes)

a ação não ocorre semanalmente, como é divulgado, e que culpam apenas a comunidade. De acordo com ele, além da limpeza e conscientização, é necessário fazer com que a vizinhança tema a multa e ter que responder por crime ambiental, com a punição de todos os responsáveis.

Daniele Machado acredita que a situação só melhoraria se voltassem a panfletar e fazer a ação junto de moradores da comunidade. Já a ambientalista Isabella Dias, 20, considera que o projeto poderia incluir os condomínios e acrescentar uma proposta de reciclagem, além de vender alguns resíduos e investir em infraestrutura. Ela também chama atenção para a importância da educação ambiental.

Nicolas Greco, ambientalista, explica que esse aprendizado é uma ferramenta essencial para instruir e conscientizar a sociedade. Segundo ele, a população não pode aceitar áreas de aterro a céu aberto.

Outros problemas ambientais são ressaltados pela ambientalista, como a decomposição falha do chorume, que emana metano para a atmosfera e polui o solo e o lençol freático. Além disso, em dias de chuva, conforme relatos de moradores, formam-se pequenas áreas de alagamento e acúmulo de água, o que torna o ambiente propício a contágios. “É imprescindível citar o número de doenças que podem ser transmitidas nesse meio”, comenta Dias.

Greco explica que o descarte irregular não gera matéria-prima e faz perder o custo-benefício que o lixo é capaz de devolver. Segundo ele, a luta pelo meio ambiente leva tempo e persistência. “Lutei desde 2015 junto à Amlurb para cobrar o destino adequado dos lixos e entulhos para os Ecopontos, e só conseguimos em 2019”, relata.

Os Ecopontos são locais de entrega voluntária de entulho. Próximo à Rua de Lazer, o Ecoponto fica a 1 km de distância. Segundo moradores, é de fácil acesso tanto para carros quanto para ir a pé. No entanto, Felix diz que muitas pessoas sequer o conhecem.

**REPORTAGEM:**  
REBECCA MAYER

**DIAGRAMAÇÃO:**  
LAÍS HERRERA



REBECCA MAYER

**Mesmo com projeto da prefeitura, moradores jogam lixo nas ruas**

# Educação ambiental é objetivo em horta

ARQUIVO PESSOAL/ SÉRGIO SHIGEEDA

## Plantação comunitária visa ensinar e servir de exemplo

Localizada na zona sul de São Paulo, a Horta Comunitária da Saúde foi criada em 2013 por um grupo de moradores da região. Apoiado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SMDET), o local segue diariamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Antes da criação da horta, o local era um depósito de lixo, o que incomodava muito os moradores da região. O solo foi tratado, e seus primeiros cultivos tinham o objetivo de ensinar, servir de exemplo e ajudar a população com plantas medicinais, alimentos mais frescos e maior contato com a natureza.

Segundo Sérgio Shigeeda, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente da Vila Mariana, a principal meta é desenvolver, de forma didática, a conscientização ambiental das pessoas. “Queremos inspirar as pessoas e transformar o mundo”, afirma.

Nina Orlow, arquiteta e especialista em construções sustentáveis, é uma das voluntárias do projeto. Ela destaca o quão gratificante é aprender na horta. “Tenho muita gratidão pelo Sérgio, ele me plantou. É tudo muito educativo e instrutivo”, conta.

Os Objetivos de Desenvolvimento Econômico (ODS) da ONU, que visam eliminar a pobreza e a fome, oferecer educação de qualidade e promover a inclusão, são a base da Horta Comunitária da Saúde. Em paralelo, Sérgio fundou o Fórum Agenda 2030, para aplicar os ODS por toda Vila Mariana.

Além de cuidar do planeta, o local também zela a saúde mental das pessoas. “A convivência e o lado social trazem muitos benefícios para a gente. Faz bem pra cabeça e pra alma”, afirma Elza Kusaka, outra voluntária da horta. Nina confirma esses benefícios psicológicos. “Se reconectar com a terra é saúde, é muito importante”, completa.

O lugar também tem a intenção de servir de inspiração a outras hortas, doando insumos, sementes e mudas para quem tiver interesse em plantar. Aliás, a própria horta está plantando pela região, principalmente árvores frutíferas, na busca por uma cidade mais verde.

O espaço cultiva diversos tipos de plantas, em especial PANCs (Plantas alimentícias não convencionais) e plantas medicinais, que são distribuídas aos moradores da região sempre que necessário, tanto para uso próprio quanto para o plantio em suas casas. Os voluntários também podem trazer de suas casas e plantar na horta.

Esse cultivo diversificado traz muitas vantagens para quem o consome. “Estamos vivendo em uma monocultura alimentar, muito por conta do que encontramos nos mercados. Precisamos diversificar a nossa alimentação”, conclui Nina Orlow.

No início da pandemia, o projeto ficou suspenso por três meses. Após

**“Estamos vivendo uma monocultura alimentar. Precisamos diversificar”**

(Nina Orlow, arquiteta)

esse período, o grupo retomou os trabalhos com equipes reduzidas e sem aglomeração. Desde então, tem auxiliado a comunidade com campanhas, arrecadando alimentos e cestas básicas para serem distribuídos para a população.

Para ser voluntário, basta entrar em contato com Sérgio Shigeeda pelas redes sociais e buscar informações sobre como participar. Outra forma de contato é o grupo do Facebook da própria horta.

A Horta Comunitária da Saúde fica localizada na rua Paracatu, 66, no bairro da Saúde, em São Paulo. Por conta do isolamento social, é necessário verificar os horários disponíveis para visitas e participação em eventos.

REPORTAGEM:  
PEDRO FECCHIO  
JOÃO SIMÕES

DIAGRAMAÇÃO:  
PEDRO FECCHIO



**PANDEMIA:** Local está funcionando com menor número de voluntários e em dias alternados

## Cultivo caseiro vira opção na pandemia

### Procura por jardinagem triplicou com o isolamento social

O isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus gerou a necessidade de um contato maior com a natureza, mesmo dentro de casa. Na zona norte, hortas caseiras tornaram-se uma tendência e auxiliam tanto na saúde quanto na economia da população. A procura por termos como “plantar em casa” e “kit de jardinagem” teve aumento de 180%, segundo o Google Trends, ferramenta de análise de pesquisa do Google.

Esses números são comprovados pelo Shopping Garden, empresa do ramo de jardinagem que tem lojas espalhadas por São Paulo. “Notamos um aumento na procura pelos serviços de jardinagem do Garden, mesmo que com oscilações. Buscamos alternativas nas vendas online, com delivery ou com retirada na loja, seguindo todos os protocolos”, afirma Jackson, funcionário da loja.

Lindaure Gomes, 78, costureira e moradora na Vila Maria, zona norte de São Paulo, fala sobre a importância da horta em sua vida, em especial na pandemia. “Meu neto chegou e deu a ideia de começarmos a horta. Pesquisamos tudo e compramos o que

**“Me faz bem, principalmente no momento atual”**

(Lindaure Gomes, costureira)

precisava. Hoje a primeira coisa que faço ao acordar é cuidar das plantas, me faz muito bem”, declara.

Estudante de psicologia e residente da Vila Guilherme, também localizada na zona norte de São Paulo, Giovanna Gaeta, 19, destacou a importância das hortas caseiras e do contato com a natureza na conjuntura atual. “Primeiro que sou eu que cuido, sem usar nada além de água, adubo e muito amor. Além disso, é uma forma de espalhar, de cuidar da nossa cabeça em um momento difícil”, relata.

Começar uma horta em casa não é difícil, segundo Enzo Batista, dono da página Plantando e Colhendo. “Eu

comecei porque gosto muito de ser autossuficiente, de ter essa sustentabilidade. Aconselho a começar com temperos”, diz. No box abaixo, Enzo dá dicas para iniciar hortas em casa.

REPORTAGEM:  
PEDRO FECCHIO  
JOÃO SIMÕES

DIAGRAMAÇÃO:  
PEDRO FECCHIO

#### DICAS DE ENZO BATISTA

### Começando a horta do zero

1. Pesquisar muito para entender seu tipo de terra e o que quer plantar;
2. Definir o espaço em que será plantado e tratá-lo;
3. Ambientes arejados e com iluminação solar;
4. Cuidado na quantidade de água. Nem todas as plantas precisam se hidratar todos os dias. O horário também tem que ser analisado, pois regar em momentos em que os raios solares estão no pico pode queimar a planta;
5. Utilizar adubos orgânicos para fertilizar;

6. Se possível, fazer uma rotação de cultura. Ou seja, plantar o alimento no mesmo local uma vez a cada três anos;
7. Registrar tudo. Anote sempre seus fracassos e sucessos em um caderno;
8. Iniciar com plantas mais fáceis, como temperos. Os mais comuns para plantar em casa são cebolinha, coentro, hortelã, salsa, manjeriço e orégano;
9. Praticar muito e ficar sempre atento à pequenas pragas, como formigas.